



GESTÃO EMPRESARIAL
CONTABILIDADE

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE



1

CONTABILIDADE PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE



OBJETIVOS DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM

Ao final da aula você será capaz de entender os critérios da contabilidade e sua padronização.



COMPETÊNCIAS

Conhecer e entender quais são os critérios de padronização universal da contabilidade e qual a sua função.



HABILIDADES

Usufruir de dados produzidos de forma padronizada da contabilidade das firmas.

APRESENTAÇÃO

Este material está atualizado segundo a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.374/11. O CFC no exercício de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no disposto na alínea “f” do art. 6º do Decreto Lei no 9.295/46, alterado pela Lei nº 12.249/10.

Considerando que este material foi escrito como objetivo de mostrar os “Princípios Fundamentais da Contabilidade” e que a Resolução CFC nº 1.374/11, normatizou alterações na Lei nº 12.249/10, que dizem respeito a esses princípios, então, se faz necessário conhecer acerca dessas alterações legislativas.

No entanto, é relevante salientar que este não é o objeto de estudos de nossa disciplina, pois, a mesma procura desenvolver o conhecimento necessário para que o discente seja introduzido nos conceitos contábeis e que aprenda a estrutura dos relatórios contábeis para tomada de decisão empresarial.

Neste contexto e, para que fique bem evidenciado afirma-se: o estudo da estrutura conceitual definida pela Resolução CFC 1.374/11 não é a essência do objetivo de estudo nossa disciplina.

A própria resolução não é uma norma! Portanto, ela não define regras e procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração e divulgação.

O objetivo dessa disciplina é:

- a. Proporcionar ao discente a ciência de sob quais fundamentos conceituais as demonstrações contábeis são elaboradas e divulgadas;
- b. De certa maneira, considerando os discentes como usuário das demonstrações contábeis, auxiliá-los na interpretação das informações nelas contidas.

Neste contexto:

O objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro é prestar informação dessa natureza, e que sejam úteis aos seus usuários, sobre a respectiva entidade.

Em algumas oportunidades, determinados usuários da informação contábil-financeira precisam utilizar informações de natureza econômica em complemento aos relatórios. Por exemplo: variações de preços medidas por qualquer indicador.

No entanto, as demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas para usuários internos, e externos em geral, tendo em vista suas finalidades específicas. Entidades como: governos, órgãos reguladores ou autoridades fiscais, por exemplo, podem especificamente determinar exigências para atender a seus próprios fins, entretanto, não devem alcançar as demonstrações contábeis preparadas segundo a Estrutura Conceitual na Resolução CFC no 1.374/11.

Esta Estrutura Conceitual objetiva fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

Dentro deste contexto, a seguir, observam-se alterações importantes introduzidas pela Resolução CFC no 1.374/11.

Segundo o Conselho Regional de Contabilidade (2014), as principais mudanças, também salientadas nas Bases para Conclusões, foram:

Divisão das características qualitativas da informação contábil-financeira em:

- a. Características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna), as mais críticas; e
- b. Características qualitativas de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade), menos críticas, mas ainda assim altamente desejáveis.

A característica qualitativa “confiabilidade” foi renomeada de “representação fidedigna” e as justificativas constam das Bases para Conclusões.

A característica “essência” sobre a forma foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna, por ser considerado isso uma redundância. A representação pela forma legal que difira da substância econômica não pode resultar em representação fidedigna, conforme citam as Bases para Conclusões. Assim, a essência sobre a forma contínua, na realidade, bandeira insubstituível nas normas.

A característica “prudência” (conservadorismo) foi também retirada da condição de aspectos da representação fidedigna por ser inconsistente com a neutralidade. Subavaliações de ativos e a superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, que

consequentes registros de desempenhos posteriores inflados são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra.

No entanto, com o objetivo de proporcionar uma nova redação aos pressupostos básicos, a seguir são apresentados alguns pressupostos básicos, que no decorrer do curso serão tratados com mais profundidade em cada nova unidade de aula.

PRESSUPOSTO BÁSICO: O REGIME DE COMPETÊNCIA

A performance financeira da entidade é refletida pelo que se chama regime de competência (accruals).

O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade nos períodos em que tais efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos. Esse aspecto é importante no mundo contábil e uma premissa do modelo de apuração da performance, em função de entender-se a melhor base de avaliação, passada e futura da entidade.

As características da informação contábil fundamentais são relevância e representação fidedigna.

Informação relevante é aquela capaz de fazer diferença nas possíveis decisões tomadas pelos usuários, além de, possuir valor preditivo. Outra característica presente na relevância é o aspecto material da informação – materialidade – entendida assim, quando a omissão ou divulgação distorcida influencia na decisão do usuário.

Relatórios contábeis representam a tradução de um fenômeno econômico em números e palavras. Essa representação para ser fidedigna precisa atender três atributos: completude, neutralidade e ser livre de erros.

Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

As características que podem auxiliar o usuário diante da decisão de escolha entre duas alternativas idênticas no padrão de relevância e fidedignidade são: a comparabilidade, a verificabilidade, a tempestividade e a compreensibilidade. Tais características melhoram a utilidade da informação contábil.

- **Comparabilidade** é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e distingam diferenças entre eles;
- **Verificabilidade** significa que diferentes observadores, independentes, podem chegar a um consenso - não necessariamente a um acordo

- completo - quanto ao retrato de uma realidade econômica. Uma faixa de possíveis montantes estimados e prováveis pode ser verificável;
- **Tempestividade** significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões;
 - **Compreensibilidade** é o ato de caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão.

PRESSUPOSTO ADJACENTE: A CONTINUIDADE

As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (going concern assumption) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Esta premissa é importante para a Contabilidade na medida em que afetaria, em tese, a mensuração de seu desempenho.

Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. A seguir a definição de cada desses elementos:

- **Ativo** é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;
- **Passivo** é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;
- **Patrimônio líquido** é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Reconhecimento é um processo que consiste na incorporação ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado de item que se enquadre na definição de elemento e que satisfaça os critérios de reconhecimento. Envolve: a descrição do item, a mensuração do seu montante monetário e a sua inclusão no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado.

O reconhecimento dos elementos patrimoniais reflete o resultado da operação, e é frequentemente utilizado como medida de performance ou como base para outras medidas. Por exemplo: o retorno do investimento. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do resultado são as receitas e as despesas.

- **Receitas** são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos, do aumento de ativos ou da diminuição de passivos, e que provoquem aumentos do patrimônio líquido;
- **Despesas**, ao contrário, são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saídas de recursos, redução de ativos ou aumento de passivos, e que resultem em diminuição do patrimônio líquido.

Mensuração é o processo que consiste em determinar os montantes monetários, por meio dos quais os elementos devem ser reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado.

Várias bases de mensuração podem ser utilizadas. O custo histórico é a base mais utilizada, mas outras, como o custo corrente e o valor presente também são usados para tal determinação.

O conceito de capital financeiro, ou monetário, é adotado pela maioria das entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis. Esse conceito representa o dinheiro investido ou o seu equivalente poder de compra. Nesse contexto, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.

O conceito de capital físico, por outro lado, representa a capacidade operacional. É considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção.

Derivado dos conceitos de capital financeiro e capital físico surgem os conceitos de:

- **Manutenção do capital financeiro:** o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período;
- **Manutenção do capital físico:** o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva da entidade no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.



ANTENA PARABÓLICA

Os princípios contábeis normalmente aceitos devem seguir as orientações dos Fundamentos da Contabilidade. Você precisa compreender estes fundamentos e evitar que as empresas onde você for gerenciar pratiquem atos que afetam negativamente os fundamentos contábeis, pois a boa gerencia é aquela que se baseia em dados verdadeiros, padronizados e bem controlados, que são nacionalmente e internacionalmente aceitos.

A continuidade da empresa, o desenvolvimento da economia e a sociedade dependem de uma boa gerencia. Para uma boa gerencia, faz-se necessário a tomada de decisões, mas, nunca se esqueça, tomar decisões, qualquer um pode tomar, mas tomar a melhor decisão é que é o grande diferencial, tanto para o seu sucesso profissional como o de sua empresa e o do seu país.

As empresas precisam ser bem gerenciadas, pois necessitam ser eficientes e eficazes para continuarem cumprindo com seus papéis, inclusive para a geração de riqueza no sentido mais amplo da palavra emprego e renda.

Então, dedique-se aos seus estudos, pois assim você poderá ser um bom gerente. É deste tipo de profissionais que as empresas e o país necessitam. Seja sempre muito cuidadoso ao seguir os princípios e Fundamentos Contábeis, pois isto poderá contribuir para o sucesso de sua empresa e conseqüentemente com o seu sucesso profissional! Seja um gestor honesto e digno de sua profissão. Muitas pessoas e famílias vão depender de sua conduta profissional. Seja sempre um profissional correto e digno e, desta forma, com certeza, você conseguirá um bom desempenho e muito sucesso!



LEMBRE-SE

Vivemos em um tempo onde a humanidade está carente de gestores competentes e de boa índole, capazes de gerenciar para o bem de todos, auxiliando as empresas a obterem o sucesso desejado e contribuindo

para a riqueza dos países, na geração de emprego e renda. Lembre-se: todos desejam ser felizes, não apenas você!



E AGORA, JOSÉ?

Agora que você já conhece os fundamentos da contabilidade e sabe para o que serve cada um deles, chegou a hora de aprender como elaborar o Balanço Patrimonial das empresas. Para tanto você aprenderá, na próxima aula, o que é Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Aprenderá, também, como utilizar os grupos de contas contábeis que são primordiais para o conhecimento da contabilidade.

Até lá!

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.374/11**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/res_1.374.doc>. Acesso em: Out. 6. 2014.

Decreto Lei no 9.295/46, alterado pela Lei nº 12.249/10.

2

GESTÃO EMPRESARIAL
CONTABILIDADE

INTRODUÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E AO BALANÇO PATRIMONIAL



2

CONTABILIDADE INTRODUÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E AO BALANÇO PATRIMONIAL



OBJETIVOS DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM

Ao final da aula o aluno deverá ser capaz de entender o Balanço Patrimonial.



COMPETÊNCIAS

Conhecer e entender o que são bens, direitos e obrigações.



HABILIDADES

Aprender a importância do Balanço Patrimonial para tomada de decisão empresarial.

APRESENTAÇÃO

Na primeira aula você começou a ter contato com os princípios contábeis, além de conhecer um pouco da história e evolução da Contabilidade. Nesta aula começaremos a ver as demonstrações contábeis, que são os documentos que reúnem as informações da organização e que são essenciais na tomada de decisão das organizações.

O primeiro desses documentos e o mais importante é o Balanço Patrimonial, que também será explorado, em termos gerais, nessa aula, para que possamos nos aprofundar mais nas próximas aulas e saber que temos em mãos todas as informações para tomar as decisões que forem necessárias à organização, como a compra de máquinas e equipamentos, aluguel de escritório, investimentos, prazos para pagamentos, descontos, entre outras muitas decisões que o gestor deve tomar todos os dias.

Pronto para iniciar? Então vamos lá!

PARA COMEÇAR

Um profissional em processos gerenciais necessita de informações reais para tomada de decisões importantes para o funcionamento e sucesso do negócio, como por exemplo: comprar ou alugar máquinas, definição do preço de um produto, contrair uma dívida a longo ou curto prazos, quanto de dívida pode ser contraída, que quantidade de material para estoque deve ser comprada, como reduzir custos, produzir mais, entre outras.

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

A função básica do Contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões. Ressalta-se, entretanto, que, em nosso país, em

alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco, mas precisa ficar evidente que o gestor, o bom gestor, necessita da Contabilidade, pois ela é uma das principais ferramentas de auxílio, pois este poderá tomar decisões baseadas em dados reais e de credibilidade, isto ajudará o gestor a conduzir sua empresa para que a mesma possa atingir os seus objetivos e resultados. A tabela abaixo mostra a atuação do contador.

Tabela 1. Área de Atuação do Contador.
Fonte: Adaptado de Iudícibus e Marion (2009).

COLETA DE DADOS	REGISTROS DOS DADOS E PROCESSAMENTO	RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS E OUTROS	USUÁRIOS (tomada de decisão)
<input type="checkbox"/> →		<ul style="list-style-type: none"> • Balanço Patrimonial • DRE • DLPAc • DFC • DVA - (para S/As) • e outros 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração • Investidores • Bancos • Governo • Outros interessados
<input type="checkbox"/> →			
<input type="checkbox"/> →	<input type="checkbox"/> →		
<input type="checkbox"/> →	<input type="checkbox"/> →		
<input type="checkbox"/> →	<input type="checkbox"/> →		
<input type="checkbox"/> →			

FUNDAMENTOS



ATENÇÃO

Demonstrações Financeiras e Relatórios Contábeis obrigatórios e não obrigatórios.

1. RELATÓRIO CONTÁBIL

É a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela Contabilidade.

Objetivo: dados registrados no período, também conhecidos como **informações contábeis**, distinguem-se em obrigatórios e não obrigatórios.

Os relatórios obrigatórios são aqueles exigidos por lei, sendo conhecidos como demonstrações financeiras. São exigidos na totalidade para as sociedades anônimas e, parte deles, estendida a outros tipos societários, através do Imposto de Renda.

1.1. RELATÓRIOS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS

A lei da S/A: Estabelece que no final de cada exercício social (ano), a diretoria fará elaborar com base na escrituração contábil, as seguintes demonstrações financeiras ou (contábeis):

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPAc);
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA) (para S/A Capital Aberto).

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), substituirá a Demonstração dos Lucros ou Prejuízo acumulado (DLPAc) nas S/A Capital Aberto.

Observação: As companhias fechadas que tenham o Patrimônio Líquido inferior a 2 milhões de reais na data do balanço, não serão obrigadas a elaborar e publicar a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Também é importante saber que as demonstrações financeiras de cada exercício devem ser publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior. Poderão ainda ser publicadas adotando-se como expressão monetária o “milhar” de real (cancelando os três últimos dígitos).

1.2. RELATÓRIOS CONTÁBEIS NÃO OBRIGATÓRIOS

São relatórios importantes para a gestão, pois auxiliam a tomada de decisão, mas não são exigidos por lei, como: Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Orçamentos (que demonstram o planejamento futuro) e outros.

1.3. NOTAS EXPLICATIVAS

São partes integrantes das demonstrações financeiras, que as complementam. São informações adicionais destacadas na parte inferior das demonstrações financeiras, servindo para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. São conhecidas, por isso, como notas de rodapé.

1.4. RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS PARA AS SOCIEDADES POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADAS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE E OUTRAS

Pela legislação do imposto de renda vigente, as sociedades por quotas de responsabilidades limitadas de “médio e pequeno porte” deverão seguir parte dos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações. Embora não seja necessária a publicação das Demonstrações Financeiras, deverão estruturar suas Demonstrações nos moldes da Lei das Sociedades por Ações, para facilitar o entendimento das exigências do Imposto de Renda.

Sendo assim, as empresas “limitadas de médio e pequeno porte” e outros tipos societários deverão apresentar ao Imposto de Renda três

demonstrações financeiras. Nesse sentido, o novo código civil promulgado em 10.01.2002 destaca, também, a obrigatoriedade das demonstrações, como:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPAc).

1.5. COMPLEMENTAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quando da publicação das Demonstrações Financeiras, as Sociedades Anônimas deverão informar aos usuários desses relatórios os dados adicionais, tais como mostra a tabela 2, complementação às Demonstrações Financeiras.

Tabela 2.
Complementação às Demonstrações Financeiras.
Fonte: Adaptado de Ludícibus e Marion (2009, p.35).

DADOS ADICIONAIS	RESPONSABILIDADE	PRINCIPAIS INFORMAÇÕES
Relatórios da diretoria (ou da administração)	Ênfase às informações normalmente de caráter não financeiro (não monetário). Observação: Estas informações precisam ser reais. Os responsáveis da companhia aberta são obrigados a comunicar imediatamente à Bolsa de Valores e a divulgar na imprensa qualquer deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da companhia ou qualquer outro fato relevante ocorrido em seus negócios, fatos que possam influir de modo ponderável na decisão dos investidores e o mercado de comprar ou vender valores mobiliários emitidos pela companhia.	Dados estatísticos diversos. Indicadores de produtividade. Desenvolvimento tecnológico. A empresa no contexto socioeconômico. Políticas diversas: recursos humanos, exportações etc. Expectativas com relação ao futuro. Dados do orçamento de capital. Projetos de expansão. Desempenho em relação aos concorrentes etc.
Notas explicativas	A Lei das Sociedades por Ações estabelece que as Demonstrações sejam complementadas por notas explicativas ou outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.	Critérios de cálculos na obtenção de itens que afetam o lucro. Obrigações de longo prazo, destacando os credores, taxa de juros, garantias das dívidas etc. Composição do Capital Social por tipo de ações. Ajustes de exercícios anteriores etc.
Parecer dos auditores	As companhias abertas, as empresas de grande porte, instituições financeiras e alguns outros casos específicos estão obrigados a publicar as Demonstrações com o Parecer da Auditoria externa. Pode ser feita por auditor credenciado ou por empresa de auditoria.	O parecer da auditoria externa dá credibilidade para as Demonstrações Financeiras.
Valor adicionado (Balanço Social)	Mostra o perfil social das empresas.	Relações de trabalho dentro da empresa. Tributos pagos. Investimento para a comunidade. Investimento no meio ambiente. Destaque para o Valor Adicionado (ou seja, como a empresa canaliza a renda).



ATENÇÃO

Agora vamos conhecer o Balanço Patrimonial, um dos relatórios obrigatórios.

A seguir vamos fazer uma introdução ao Balanço Patrimonial, explicar as principais características deste relatório e sua apresentação gráfica.

O Balanço Patrimonial é a principal Demonstração Financeira, vamos aprender nesta e nas próximas quatro aulas, passo a passo, como elaborar um Balanço Patrimonial. Em seguida aprenderemos o DRE (Demonstração de Resultado do Exercício) e na sequência o DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa). Esses aprendizados serão extremamente importantes para a sua formação como gestor de processos gerenciais e, pode ter certeza, que os conhecimentos de contabilidade que você adquirir serão grandes diferenciais em sua vida profissional, além de contribuir sobremaneira para que sua empresa atinja os resultados esperados. Ao entender estes relatórios terá condições reais para a tomada de decisão nos negócios empresariais.

O Balanço Patrimonial é uma demonstração muito usada por usuários externos à empresa: bancos, governo, fornecedores, sindicatos e até mesmo donos de empresas (sócios ou acionistas). Normalmente, esses usuários não precisam ser especialistas em Contabilidade.

Para ter conhecimento dos conceitos, fundamentos e dos relatórios contábeis, necessariamente, você não precisa ser um contador. O que você precisará é aprender a ler os relatórios e, a partir das informações, entender os resultados da empresa.

É muito importante para o desenvolvimento econômico de uma empresa e de um país, que a contabilidade seja registrada de forma correta seguindo os princípios fundamentais recomendados por Lei.

O Balanço Patrimonial (BP) reflete a posição financeira em um determinado momento (normalmente, no fim do ano) de uma empresa.

O BP é apresentado de forma estática, como se fosse uma fotografia sobre a situação da empresa naquele exato momento e precisa ser analisado, para que seja feita uma reflexão sobre os resultados naquele momento sobre aquele período. Imediatamente após o fechamento do BP, que acontece no Brasil sempre no período de 01/01 a 31/12 de cada ano, e, também pode acontecer em uma ocasião extraordinária, como no falecimento de um sócio (para passar as cotas aos herdeiros), ou a venda de cotas (saída de um sócio) ou outras necessidades previstas em Lei. Tudo fica dinâmico novamente até o próximo fechamento. Durante o ano, a cada mês, a contabilidade faz o fechamento dos balancetes que revelam

o que está acontecendo com os bens, direitos e obrigações da empresa, até o próximo fechamento do BP.

Desta forma o Gestor pode acompanhar a evolução das contas e comparar com as projeções orçamentárias que são estrategicamente elaboradas e verificadas mês a mês (como se fosse um radar).

1.6. UMA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O Balanço Patrimonial (BP) é constituído por duas colunas: a primeira do lado direito é denominada de Passivo. A coluna do lado esquerdo é denominada de Ativo. Conforme mostra a figura 2 — representação gráfica do BP.

Tabela 3.
Representação gráfica do BP.
Fonte: Ludícibus e Marion (2009, p.74).

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Lado esquerdo	Lado direito

2. ATIVO

São todos os bens e direitos de propriedade da empresa, avaliáveis em dinheiro, que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa.

- **Bens:** Máquinas, terrenos, estoques, dinheiro (moeda), ferramentas, veículos, instalações etc. Os bens são tangíveis quando têm corpo, matéria. Há, ainda, a divisão em móveis (não fixo no solo, podendo ser transportado de um lugar para outro, como caminhões) e imóveis (fixo ao solo, terrenos árvores, prédios etc.);
- **Direitos:** Contas a receber, duplicatas a receber, títulos a receber, ações, depósitos em contas bancárias, títulos de créditos etc. Os direitos podem ser vistos como bens em posse de terceiros. Por exemplo, se a empresa tem Contas a Receber, ela tem dinheiro (bens) de posse de terceiros para receber no futuro. De maneira geral são papéis, títulos etc. Também é um direito o Intangível conf.: Artigo 179 – VI – os direitos que tenham por objetivo bens incorpóreos destinados a manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive fundo de comércio adquirido. (incluído pela Lei nr. 11.638. de 2007).

2.1. A PROPRIEDADE

Na contabilidade moderna, serão considerados como Ativo os bens à disposição da empresa, sendo ela proprietária ou não. Por exemplo, a Lei das Sociedades por Ações diz que os bens decorrentes de operações que transfiram à empresa os benefícios, riscos e controle, independente de ser propriedade, deverão ser contabilizados como Ativo.

Deste modo, o *leasing* financeiro (arrendamento mercantil) que até 2007 era tratado no Brasil como aluguel, passar a ser contabilizado como Ativo para fins contábeis (para fins fiscais continua sendo aluguel). Para serem Ativos, os bens precisam ser de propriedade da empresa, ou seja, a empresa tem que ter nota fiscal, certificado de propriedade reconhecido por Lei, escritura e outros documentos que comprovem a propriedade. O *leasing* financeiro é uma exceção.

2.2. O VALOR OBJETO (AVALIÁVEL EM DINHEIRO)

Vamos exemplificar para facilitar o entendimento. Uma empresa que possui uma “marca” conhecida no mercado não poderá evidenciá-la como Ativo, pois mesmo que seja um bem (intangível) de sua propriedade, não conseguirá valorizá-la monetariamente, a não ser que ela seja adquirida por terceiros.

Um dos itens que normalmente não é contabilizado é o *Goodwill* (pode ser traduzido como Fundo de Comércio, Aviamento, mais-valia, porém estas traduções não conseguem expressar o seu real significado; por essa razão trabalhamos com o termo em inglês).

O *Goodwill* é considerado o valor maior, um ágio, de uma empresa em virtude de bons serviços prestados; da imagem (por exemplo, a Nestlé: qual a mãe teria dúvidas em comprar um alimento dessa empresa para seu filho); da clientela conseguida ao longo dos anos (por exemplo, o Citibank: conquistando clientes considerados especiais); do ponto comercial, localização (por exemplo, o Extra da Praça Ramos de Azevedo/SP, considerado um dos melhores pontos comerciais do Brasil); marca conhecida (por exemplo, Coca-Cola) e outros.

Todos esses atributos positivos, e outros, no momento de se avaliar uma empresa, podem representar montantes algumas vezes maiores do que seu Ativo Tangível. No entanto, por ser de difícil avaliação dado ao subjetivismo. O *Goodwill* não é evidenciado no ativo, salvo em condições de negociação entre empresas, pois neste momento é possível definir ou acordar um valor.

2.3. BENEFÍCIOS PRESENTES E FUTUROS

Se a empresa tiver um “título a receber” de uma empresa falida, ele não será Ativo, pois não há possibilidade de convertê-lo em dinheiro.

Itens tais como: carro acidentado, barco afundado, aeronave destruída, estoque obsoleto, bens destruídos por incêndio ou inutilizados por inundação, bens roubados etc. São bens que não trazem mais benefícios para a empresa, portanto, devem ser baixados.

Se houver um valor residual depois do acidente, deve permanecer no Ativo apenas este valor, sendo a diferença baixada como perda.

Portanto para ser Ativo é necessário preencher os quatro requisitos simultaneamente:

1. Bens ou direitos;
2. De propriedade da empresa, embora haja exceções;
3. Mensurável monetariamente;
4. Benefícios presentes ou futuros.

3. PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

→ **Passivo Exigível:** Evidencia toda a obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros. Por exemplo: contas a pagar, fornecedores de matéria-prima, impostos a pagar, financiamento, empréstimos etc.

O Passivo é uma obrigação exigível, isto é, no momento em que a dívida vencer será exigida (reclamada) a sua liquidação. Por isso é mais adequado denominá-lo de Passivo Exigível.

→ **Patrimônio Líquido (PL):** Evidencia recursos dos proprietários aplicados no empreendimento. O investimento inicial dos proprietários é denominado, contabilmente, Capital. Se houver outras aplicações por parte dos proprietários (acionistas – S/A, ou sócios – Ltda), teremos acréscimo ao Capital.

O PL não cresce apenas com os novos investimentos dos proprietários, mas também, e isto é mais comum, com os rendimentos resultantes do capital aplicado. Este investimento é chamado **Lucro**.

O Lucro resultante da atividade operacional da entidade pertence, em última análise, aos proprietários que investiram na empresa (remuneração ao capital investido). Do lucro obtido em determinado período pela atividade empresarial, normalmente, uma parte é distribuída aos sócios (dividendos) e outra é reinvestida no negócio, isto é, fica retida (acumulada) na empresa.

Na verdade, tanto o **Passivo** quanto o **Patrimônio Líquido** são obrigações da empresa. No **Passivo**, temos as obrigações exigíveis (reclamáveis) por terceiros e, por isso, também são conhecidas como Capitais de Terceiros.

No **Patrimônio Líquido**, temos as obrigações com os proprietários da empresa. Entretanto, os proprietários, usualmente, por lei, não podem reclamar a restituição do seu dinheiro investido. Por isso, este grupo também é conhecido como Não Exigível.

Se o proprietário só tem o seu dinheiro de volta no encerramento da empresa, podemos dizer que, num processo de continuidade, os recursos do Patrimônio Líquido pertencem à empresa e, por essa razão, também são conhecidos como **Capital Próprio**.



ANTENA PARABÓLICA

A Transbrasil faliu no início de 2002, com uma dívida de R\$ 1,1 bilhão, mas (segundo o jornal *O Globo*, em 3/5/2002) seu principal executivo é considerado rico. Entre seus bens estão um *resort* de luxo nas Montanhas Rochosas do Colorado (EUA), aviões (táxis aéreos e *Le-arjet* executivo), casas em Miami (EUA) e Florença (Itália). Como podemos entender a situação: empresários ricos e empresas pobres? Por que outras empresas aéreas como, Vasp, BRA e até a Varig (em recuperação) faliram no Brasil? (MARION, 2009).

Precisamos refletir a luz dos conceitos da contabilidade e da responsabilidade do gestor, o desenvolvimento econômico de nosso país, a geração de riqueza no sentido mais amplo da palavra, onde todos merecem ser felizes.

A empresa é a grande geradora do emprego e renda em um país como o nosso, então, nossa obrigação vai além de benefícios pessoais! O bom gestor deverá contribuir para o sucesso das empresas e consequentemente com a geração do emprego e renda, para as famílias.



ATENÇÃO

Pensando em um mundo melhor para todos, como você enquanto gestor poderá contribuir?



E AGORA, JOSÉ?

Agora que você já conhece os Demonstrativos Financeiros, mais propriamente o Balanço Patrimonial, chegou a hora de aprender como montar um Balanço Patrimonial. Para tanto você aprenderá na próxima aula, os grupos de contas: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Bons estudos!

GLOSSÁRIO

Leasing: Arrendamento Mercantil.

Goodwill: Valor intangível da marca, do ponto comercial, do capital de clientes e outros.

REFERÊNCIAS

MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. **Curso de Contabilidade para não contadores.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.

2

GESTÃO EMPRESARIAL
CONTABILIDADE

INTRODUÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E AO BALANÇO PATRIMONIAL



2

CONTABILIDADE INTRODUÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E AO BALANÇO PATRIMONIAL



OBJETIVOS DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM

Ao final da aula o aluno deverá ser capaz de entender o Balanço Patrimonial.



COMPETÊNCIAS

Conhecer e entender o que são bens, direitos e obrigações.



HABILIDADES

Aprender a importância do Balanço Patrimonial para tomada de decisão empresarial.

APRESENTAÇÃO

Na primeira aula você começou a ter contato com os princípios contábeis, além de conhecer um pouco da história e evolução da Contabilidade. Nesta aula começaremos a ver as demonstrações contábeis, que são os documentos que reúnem as informações da organização e que são essenciais na tomada de decisão das organizações.

O primeiro desses documentos e o mais importante é o Balanço Patrimonial, que também será explorado, em termos gerais, nessa aula, para que possamos nos aprofundar mais nas próximas aulas e saber que temos em mãos todas as informações para tomar as decisões que forem necessárias à organização, como a compra de máquinas e equipamentos, aluguel de escritório, investimentos, prazos para pagamentos, descontos, entre outras muitas decisões que o gestor deve tomar todos os dias.

Pronto para iniciar? Então vamos lá!

PARA COMEÇAR

Um profissional em processos gerenciais necessita de informações reais para tomada de decisões importantes para o funcionamento e sucesso do negócio, como por exemplo: comprar ou alugar máquinas, definição do preço de um produto, contrair uma dívida a longo ou curto prazos, quanto de dívida pode ser contraída, que quantidade de material para estoque deve ser comprada, como reduzir custos, produzir mais, entre outras.

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

A função básica do Contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões. Ressalta-se, entretanto, que, em nosso país, em

alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco, mas precisa ficar evidente que o gestor, o bom gestor, necessita da Contabilidade, pois ela é uma das principais ferramentas de auxílio, pois este poderá tomar decisões baseadas em dados reais e de credibilidade, isto ajudará o gestor a conduzir sua empresa para que a mesma possa atingir os seus objetivos e resultados. A tabela abaixo mostra a atuação do contador.

Tabela 1. Área de Atuação do Contador.
Fonte: Adaptado de Iudícibus e Marion (2009).

COLETA DE DADOS	REGISTROS DOS DADOS E PROCESSAMENTO	RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS E OUTROS	USUÁRIOS (tomada de decisão)
<input type="checkbox"/> →		<ul style="list-style-type: none"> • Balanço Patrimonial • DRE • DLPAc • DFC • DVA - (para S/As) • e outros 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração • Investidores • Bancos • Governo • Outros interessados
<input type="checkbox"/> →			
<input type="checkbox"/> →	<input type="checkbox"/> →		
<input type="checkbox"/> →	<input type="checkbox"/> →		
<input type="checkbox"/> →	<input type="checkbox"/> →		
<input type="checkbox"/> →	<input type="checkbox"/> →		

FUNDAMENTOS



ATENÇÃO

Demonstrações Financeiras e Relatórios Contábeis obrigatórios e não obrigatórios.

1. RELATÓRIO CONTÁBIL

É a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela Contabilidade.

Objetivo: dados registrados no período, também conhecidos como **informações contábeis**, distinguem-se em obrigatórios e não obrigatórios.

Os relatórios obrigatórios são aqueles exigidos por lei, sendo conhecidos como demonstrações financeiras. São exigidos na totalidade para as sociedades anônimas e, parte deles, estendida a outros tipos societários, através do Imposto de Renda.

1.1. RELATÓRIOS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS

A lei da S/A: Estabelece que no final de cada exercício social (ano), a diretoria fará elaborar com base na escrituração contábil, as seguintes demonstrações financeiras ou (contábeis):

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPAc);
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA) (para S/A Capital Aberto).

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), substituirá a Demonstração dos Lucros ou Prejuízo acumulado (DLPAc) nas S/A Capital Aberto.

Observação: As companhias fechadas que tenham o Patrimônio Líquido inferior a 2 milhões de reais na data do balanço, não serão obrigadas a elaborar e publicar a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Também é importante saber que as demonstrações financeiras de cada exercício devem ser publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior. Poderão ainda ser publicadas adotando-se como expressão monetária o “milhar” de real (cancelando os três últimos dígitos).

1.2. RELATÓRIOS CONTÁBEIS NÃO OBRIGATÓRIOS

São relatórios importantes para a gestão, pois auxiliam a tomada de decisão, mas não são exigidos por lei, como: Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Orçamentos (que demonstram o planejamento futuro) e outros.

1.3. NOTAS EXPLICATIVAS

São partes integrantes das demonstrações financeiras, que as complementam. São informações adicionais destacadas na parte inferior das demonstrações financeiras, servindo para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. São conhecidas, por isso, como notas de rodapé.

1.4. RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS PARA AS SOCIEDADES POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADAS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE E OUTRAS

Pela legislação do imposto de renda vigente, as sociedades por quotas de responsabilidades limitadas de “médio e pequeno porte” deverão seguir parte dos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações. Embora não seja necessária a publicação das Demonstrações Financeiras, deverão estruturar suas Demonstrações nos moldes da Lei das Sociedades por Ações, para facilitar o entendimento das exigências do Imposto de Renda.

Sendo assim, as empresas “limitadas de médio e pequeno porte” e outros tipos societários deverão apresentar ao Imposto de Renda três

demonstrações financeiras. Nesse sentido, o novo código civil promulgado em 10.01.2002 destaca, também, a obrigatoriedade das demonstrações, como:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPAC).

1.5. COMPLEMENTAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quando da publicação das Demonstrações Financeiras, as Sociedades Anônimas deverão informar aos usuários desses relatórios os dados adicionais, tais como mostra a tabela 2, complementação às Demonstrações Financeiras.

Tabela 2.
Complementação às Demonstrações Financeiras.
Fonte: Adaptado de Ludícibus e Marion (2009, p.35).

DADOS ADICIONAIS	RESPONSABILIDADE	PRINCIPAIS INFORMAÇÕES
Relatórios da diretoria (ou da administração)	Ênfase às informações normalmente de caráter não financeiro (não monetário). Observação: Estas informações precisam ser reais. Os responsáveis da companhia aberta são obrigados a comunicar imediatamente à Bolsa de Valores e a divulgar na imprensa qualquer deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da companhia ou qualquer outro fato relevante ocorrido em seus negócios, fatos que possam influir de modo ponderável na decisão dos investidores e o mercado de comprar ou vender valores mobiliários emitidos pela companhia.	Dados estatísticos diversos. Indicadores de produtividade. Desenvolvimento tecnológico. A empresa no contexto socioeconômico. Políticas diversas: recursos humanos, exportações etc. Expectativas com relação ao futuro. Dados do orçamento de capital. Projetos de expansão. Desempenho em relação aos concorrentes etc.
Notas explicativas	A Lei das Sociedades por Ações estabelece que as Demonstrações sejam complementadas por notas explicativas ou outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.	Critérios de cálculos na obtenção de itens que afetam o lucro. Obrigações de longo prazo, destacando os credores, taxa de juros, garantias das dívidas etc. Composição do Capital Social por tipo de ações. Ajustes de exercícios anteriores etc.
Parecer dos auditores	As companhias abertas, as empresas de grande porte, instituições financeiras e alguns outros casos específicos estão obrigados a publicar as Demonstrações com o Parecer da Auditoria externa. Pode ser feita por auditor credenciado ou por empresa de auditoria.	O parecer da auditoria externa dá credibilidade para as Demonstrações Financeiras.
Valor adicionado (Balanço Social)	Mostra o perfil social das empresas.	Relações de trabalho dentro da empresa. Tributos pagos. Investimento para a comunidade. Investimento no meio ambiente. Destaque para o Valor Adicionado (ou seja, como a empresa canaliza a renda).



ATENÇÃO

Agora vamos conhecer o Balanço Patrimonial, um dos relatórios obrigatórios.

A seguir vamos fazer uma introdução ao Balanço Patrimonial, explicar as principais características deste relatório e sua apresentação gráfica.

O Balanço Patrimonial é a principal Demonstração Financeira, vamos aprender nesta e nas próximas quatro aulas, passo a passo, como elaborar um Balanço Patrimonial. Em seguida aprenderemos o DRE (Demonstração de Resultado do Exercício) e na sequência o DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa). Esses aprendizados serão extremamente importantes para a sua formação como gestor de processos gerenciais e, pode ter certeza, que os conhecimentos de contabilidade que você adquirir serão grandes diferenciais em sua vida profissional, além de contribuir sobremaneira para que sua empresa atinja os resultados esperados. Ao entender estes relatórios terá condições reais para a tomada de decisão nos negócios empresariais.

O Balanço Patrimonial é uma demonstração muito usada por usuários externos à empresa: bancos, governo, fornecedores, sindicatos e até mesmo donos de empresas (sócios ou acionistas). Normalmente, esses usuários não precisam ser especialistas em Contabilidade.

Para ter conhecimento dos conceitos, fundamentos e dos relatórios contábeis, necessariamente, você não precisa ser um contador. O que você precisará é aprender a ler os relatórios e, a partir das informações, entender os resultados da empresa.

É muito importante para o desenvolvimento econômico de uma empresa e de um país, que a contabilidade seja registrada de forma correta seguindo os princípios fundamentais recomendados por Lei.

O Balanço Patrimonial (BP) reflete a posição financeira em um determinado momento (normalmente, no fim do ano) de uma empresa.

O BP é apresentado de forma estática, como se fosse uma fotografia sobre a situação da empresa naquele exato momento e precisa ser analisado, para que seja feita uma reflexão sobre os resultados naquele momento sobre aquele período. Imediatamente após o fechamento do BP, que acontece no Brasil sempre no período de 01/01 a 31/12 de cada ano, e, também pode acontecer em uma ocasião extraordinária, como no falecimento de um sócio (para passar as cotas aos herdeiros), ou a venda de cotas (saída de um sócio) ou outras necessidades previstas em Lei. Tudo fica dinâmico novamente até o próximo fechamento. Durante o ano, a cada mês, a contabilidade faz o fechamento dos balancetes que revelam

o que está acontecendo com os bens, direitos e obrigações da empresa, até o próximo fechamento do BP.

Desta forma o Gestor pode acompanhar a evolução das contas e comparar com as projeções orçamentárias que são estrategicamente elaboradas e verificadas mês a mês (como se fosse um radar).

1.6. UMA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O Balanço Patrimonial (BP) é constituído por duas colunas: a primeira do lado direito é denominada de Passivo. A coluna do lado esquerdo é denominada de Ativo. Conforme mostra a figura 2 — representação gráfica do BP.

Tabela 3.
Representação gráfica do BP.
Fonte: Ludícibus e Marion (2009, p.74).

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Lado esquerdo	Lado direito

2. ATIVO

São todos os bens e direitos de propriedade da empresa, avaliáveis em dinheiro, que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa.

- **Bens:** Máquinas, terrenos, estoques, dinheiro (moeda), ferramentas, veículos, instalações etc. Os bens são tangíveis quando têm corpo, matéria. Há, ainda, a divisão em móveis (não fixo no solo, podendo ser transportado de um lugar para outro, como caminhões) e imóveis (fixo ao solo, terrenos árvores, prédios etc.);
- **Direitos:** Contas a receber, duplicatas a receber, títulos a receber, ações, depósitos em contas bancárias, títulos de créditos etc. Os direitos podem ser vistos como bens em posse de terceiros. Por exemplo, se a empresa tem Contas a Receber, ela tem dinheiro (bens) de posse de terceiros para receber no futuro. De maneira geral são papéis, títulos etc. Também é um direito o Intangível conf.: Artigo 179 – VI – os direitos que tenham por objetivo bens incorpóreos destinados a manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive fundo de comércio adquirido. (incluído pela Lei nr. 11.638. de 2007).

2.1. A PROPRIEDADE

Na contabilidade moderna, serão considerados como Ativo os bens à disposição da empresa, sendo ela proprietária ou não. Por exemplo, a Lei das Sociedades por Ações diz que os bens decorrentes de operações que transfiram à empresa os benefícios, riscos e controle, independente de ser propriedade, deverão ser contabilizados como Ativo.

Deste modo, o *leasing* financeiro (arrendamento mercantil) que até 2007 era tratado no Brasil como aluguel, passar a ser contabilizado como Ativo para fins contábeis (para fins fiscais continua sendo aluguel). Para serem Ativos, os bens precisam ser de propriedade da empresa, ou seja, a empresa tem que ter nota fiscal, certificado de propriedade reconhecido por Lei, escritura e outros documentos que comprovem a propriedade. O *leasing* financeiro é uma exceção.

2.2. O VALOR OBJETO (AVALIÁVEL EM DINHEIRO)

Vamos exemplificar para facilitar o entendimento. Uma empresa que possui uma “marca” conhecida no mercado não poderá evidenciá-la como Ativo, pois mesmo que seja um bem (intangível) de sua propriedade, não conseguirá valorizá-la monetariamente, a não ser que ela seja adquirida por terceiros.

Um dos itens que normalmente não é contabilizado é o *Goodwill* (pode ser traduzido como Fundo de Comércio, Aviamento, mais-valia, porém estas traduções não conseguem expressar o seu real significado; por essa razão trabalhamos com o termo em inglês).

O *Goodwill* é considerado o valor maior, um ágio, de uma empresa em virtude de bons serviços prestados; da imagem (por exemplo, a Nestlé: qual a mãe teria dúvidas em comprar um alimento dessa empresa para seu filho); da clientela conseguida ao longo dos anos (por exemplo, o Citibank: conquistando clientes considerados especiais); do ponto comercial, localização (por exemplo, o Extra da Praça Ramos de Azevedo/SP, considerado um dos melhores pontos comerciais do Brasil); marca conhecida (por exemplo, Coca-Cola) e outros.

Todos esses atributos positivos, e outros, no momento de se avaliar uma empresa, podem representar montantes algumas vezes maiores do que seu Ativo Tangível. No entanto, por ser de difícil avaliação dado ao subjetivismo. O *Goodwill* não é evidenciado no ativo, salvo em condições de negociação entre empresas, pois neste momento é possível definir ou acordar um valor.

2.3. BENEFÍCIOS PRESENTES E FUTUROS

Se a empresa tiver um “título a receber” de uma empresa falida, ele não será Ativo, pois não há possibilidade de convertê-lo em dinheiro.

Itens tais como: carro acidentado, barco afundado, aeronave destruída, estoque obsoleto, bens destruídos por incêndio ou inutilizados por inundação, bens roubados etc. São bens que não trazem mais benefícios para a empresa, portanto, devem ser baixados.

Se houver um valor residual depois do acidente, deve permanecer no Ativo apenas este valor, sendo a diferença baixada como perda.

Portanto para ser Ativo é necessário preencher os quatro requisitos simultaneamente:

1. Bens ou direitos;
2. De propriedade da empresa, embora haja exceções;
3. Mensurável monetariamente;
4. Benefícios presentes ou futuros.

3. PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

→ **Passivo Exigível:** Evidencia toda a obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros. Por exemplo: contas a pagar, fornecedores de matéria-prima, impostos a pagar, financiamento, empréstimos etc.

O Passivo é uma obrigação exigível, isto é, no momento em que a dívida vencer será exigida (reclamada) a sua liquidação. Por isso é mais adequado denominá-lo de Passivo Exigível.

→ **Patrimônio Líquido (PL):** Evidencia recursos dos proprietários aplicados no empreendimento. O investimento inicial dos proprietários é denominado, contabilmente, Capital. Se houver outras aplicações por parte dos proprietários (acionistas – S/A, ou sócios – Ltda), teremos acréscimo ao Capital.

O PL não cresce apenas com os novos investimentos dos proprietários, mas também, e isto é mais comum, com os rendimentos resultantes do capital aplicado. Este investimento é chamado **Lucro**.

O Lucro resultante da atividade operacional da entidade pertence, em última análise, aos proprietários que investiram na empresa (remuneração ao capital investido). Do lucro obtido em determinado período pela atividade empresarial, normalmente, uma parte é distribuída aos sócios (dividendos) e outra é reinvestida no negócio, isto é, fica retida (acumulada) na empresa.

Na verdade, tanto o **Passivo** quanto o **Patrimônio Líquido** são obrigações da empresa. No **Passivo**, temos as obrigações exigíveis (reclamáveis) por terceiros e, por isso, também são conhecidas como Capitais de Terceiros.

No **Patrimônio Líquido**, temos as obrigações com os proprietários da empresa. Entretanto, os proprietários, usualmente, por lei, não podem reclamar a restituição do seu dinheiro investido. Por isso, este grupo também é conhecido como Não Exigível.

Se o proprietário só tem o seu dinheiro de volta no encerramento da empresa, podemos dizer que, num processo de continuidade, os recursos do Patrimônio Líquido pertencem à empresa e, por essa razão, também são conhecidos como **Capital Próprio**.



ANTENA PARABÓLICA

A Transbrasil faliu no início de 2002, com uma dívida de R\$ 1,1 bilhão, mas (segundo o jornal *O Globo*, em 3/5/2002) seu principal executivo é considerado rico. Entre seus bens estão um *resort* de luxo nas Montanhas Rochosas do Colorado (EUA), aviões (táxis aéreos e *Le-arjet* executivo), casas em Miami (EUA) e Florença (Itália). Como podemos entender a situação: empresários ricos e empresas pobres? Por que outras empresas aéreas como, Vasp, BRA e até a Varig (em recuperação) faliram no Brasil? (MARION, 2009).

Precisamos refletir a luz dos conceitos da contabilidade e da responsabilidade do gestor, o desenvolvimento econômico de nosso país, a geração de riqueza no sentido mais amplo da palavra, onde todos merecem ser felizes.

A empresa é a grande geradora do emprego e renda em um país como o nosso, então, nossa obrigação vai além de benefícios pessoais! O bom gestor deverá contribuir para o sucesso das empresas e consequentemente com a geração do emprego e renda, para as famílias.



ATENÇÃO

Pensando em um mundo melhor para todos, como você enquanto gestor poderá contribuir?



E AGORA, JOSÉ?

Agora que você já conhece os Demonstrativos Financeiros, mais propriamente o Balanço Patrimonial, chegou a hora de aprender como montar um Balanço Patrimonial. Para tanto você aprenderá na próxima aula, os grupos de contas: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Bons estudos!

GLOSSÁRIO

Leasing: Arrendamento Mercantil.

Goodwill: Valor intangível da marca, do ponto comercial, do capital de clientes e outros.

REFERÊNCIAS

MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. **Curso de Contabilidade para não contadores.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.

3

GESTÃO EMPRESARIAL
CONTABILIDADE

BALANÇO PATRIMONIAL – GRUPOS DE CONTAS DO ATIVO E PASSIVO



3

CONTABILIDADE BALANÇO PATRIMONIAL – GRUPOS DE CONTAS DO ATIVO E PASSIVO



OBJETIVOS DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM

Ao final da aula você deverá ser capaz de entender o grupo de contas do Balanço Patrimonial – o Ativo e o Passivo.



COMPETÊNCIAS

Conhecer e entender o que são bens e direitos. Conhecer o que são obrigações exigíveis e não exigíveis.



HABILIDADES

Aprender a montar e ler o Balanço Patrimonial.

APRESENTAÇÃO

Em nossa última aula, você aprendeu a importância dos documentos contábeis para tomada de decisão nas organizações e a importância do Balanço Patrimonial.

Você deve lembrar que o Balanço Patrimonial é constituído de dois lados, conhecidos como Ativo e Passivo + Patrimônio Líquido.

Nesta unidade de aula nós iremos nos aprofundar nas informações que devem estar contidas no Balanço Patrimonial. Especialmente no lado do Ativo e Passivo, que nos indica o que a empresa possui entre bens, direitos e obrigações, ou seja, as aplicações dos valores que entram pelo Passivo e foram aplicados no Ativo da empresa. Agora, estudaremos, o grupo de contas do Ativo e neste caso você encontrará por exemplo, contas de Estoques, Clientes entre outras deste grupo.

PARA COMEÇAR

Como foi estudado na aula anterior, o Balanço Patrimonial (BP) é constituído de dois lados, conhecidos como Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Conforme mostra o quadro abaixo.

Tabela1. Balanço Patrimonial.

	ATIVO	PASSIVO
GRUPO DE CONTAS	Bens e direitos.	Obrigações com terceiros (exigível). Obrigações com o proprietário (não exigível).
TOTAL	Total	Total

O Ativo é composto por contas de bens e direitos aplicados na entidade contábil. O Passivo e o Patrimônio Líquido registram todas as entradas (origens) de recursos na empresa.

Para ajudar o entendimento das contas elas são agrupadas conforme sua origem, por exemplo, caixa e banco

(depósitos que as empresas têm no banco), em um único grupo chamado de Disponível (dinheiro a disposição da empresa). A Lei das Sociedades por Ações recomenda uma estrutura de contas nacionalmente aceitas.

Antes de aprofundarmos os grupos de contas do Ativo, vamos entender um pouco as **Origens e Aplicações dos recursos**.

O lado do Passivo, tanto Capital de Terceiros, também conhecido como Passivo Exigível, como Capital Próprio (Patrimônio Líquido), também conhecido como Não Exigível, são origens de recursos que serão aplicados na entidade. O Passivo ou Patrimônio Líquido é única forma de entrar recurso na empresa.

O lado do Ativo é caracterizado pela aplicação dos recursos que entram pelo Passivo e Patrimônio Líquido. Por exemplo, se uma empresa tomar emprestado recursos de uma instituição financeira (bancos, por exemplo), terá uma origem de recursos: Passivo. E estes recursos serão aplicados em algum lugar do Ativo, como estoques, máquinas, caixa etc.

Sendo assim, podemos entender por que o Ativo e o Passivo + PL serão sempre iguais, pois a empresa só poderá aplicar aquilo que tem origem. Se existe uma origem de R\$ 3.000.000 (Passivo + PL), necessariamente terá uma aplicação de R\$ 3.000.000 (Ativo).

Assim, o lado do Ativo será sempre igual ao lado do Passivo + Patrimônio Líquido. Concluimos que: $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$.

Dessa forma, obtém-se a Equação Contábil Básica. Algebricamente que é definida conforme é mostrado abaixo.

$$\text{ativo} = \text{passivo} + \text{patrimônio líquido}$$

ou

$$\text{ativo} - \text{passivo} = \text{patrimônio líquido}$$

Ajuda inclusive a entendermos a **Expressão Balanço Patrimonial**.

O termo balanço decorre do equilíbrio ($\text{ATIVO} = \text{PASSIVO} + \text{PL}$), ou da igualdade Aplicações = Origens. Surge da ideia de uma balança de dois pratos, onde sempre encontramos a igualdade. Só que, em vez de denominarmos de balança (assim como Balança Comercial), denominamos no masculino: **Balanço**.

A expressão patrimonial origina-se do Patrimônio Global da empresa, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações (tudo). Por isso a expressão: Patrimônio Líquido, que significa a parte residual do patrimônio, a riqueza líquida da empresa num processo de continuidade, a Situação Líquida.

Compondo as duas expressões, teremos a expressão Balanço Patrimonial, o equilíbrio do Patrimônio, a igualdade patrimonial.

Bem agora estamos preparados para aprofundarmos nossos conhecimentos no grupo de contas do **Ativo**.

Vamos lá!



ATENÇÃO

As contas do Ativo são agrupadas de acordo com sua rapidez em se transformar em dinheiro: sendo priorizado de acordo com o seu grau de liquidez, ou seja, capacidade de se transformar rapidamente em dinheiro.

FUNDAMENTOS

O Balanço Patrimonial (BP): é uma demonstração muito usada por usuários externos à empresa: bancos, governo, fornecedores, sindicatos e até mesmo donos de empresas (sócios ou acionistas).

Normalmente, esses usuários não precisam ser especialistas em Contabilidade. Assim, poderíamos iniciar relacionando tudo àquilo que a empresa **receberá** no **Curto Prazo** (aquilo que será transformado em dinheiro). Confrontando com tudo aquilo que será **pago** no **Curto Prazo**.

ATIVO	PASSIVO
Item que já é dinheiro ou que será transformado em dinheiro rapidamente (Curto Prazo).	Todas as contas que serão pagas rapidamente, no Curto Prazo , ou até um ano.

Como essas contas recebidas e pagas rapidamente se renovam (estão sempre girando). Foi dado o nome de **circulante**, tanto para o **Ativo** como para o **Passivo**.

O grupo seguinte seria o das contas que a empresa espera muito tempo para receber (Ativo), confrontando com as contas que se demora muito para pagar (Passivo).

ATIVO	PASSIVO
-------	---------

CIRCULANTE	Grupo de contas que a empresa recebe rapidamente, ou seja, no curto prazo, como: Caixa, Bancos, Cliente, Estoques e outras.	Grupo de contas que a empresa paga rapidamente, ou seja, no curto prazo, como: Fornecedores, Salários, Encargos trabalhistas, Impostos, Empréstimos e outras.
NÃO CIRCULANTE	Grupo de contas que a empresa recebe no longo prazo como, Investimentos, Imobilizado e Intangível.	Grupo de contas que a empresa demora para pagar, ou seja, no longo prazo, como: Financiamentos a longo prazo, Empréstimos a longo prazo, Impostos a longo prazo e outras.

Como a empresa espera muito tempo para receber, podemos chamar esse subgrupo de Realizável a Longo Prazo. E, por outro lado, como se demora muito para pagar, significa que é Exigível a Longo Prazo. Assim, no Passivo, temos contas que se pagam rapidamente e contas que vão demorar muito tempo para se pagar.

O terceiro grupo será de contas que não serão pagas. É o caso do **Patrimônio Líquido**: enquanto a empresa estiver em um processo de continuidade, não precisa pagar (Não Exigível) a seus donos (exceto questões judiciais).

No Ativo, classificamos seguindo a ordem abaixo:

1. O que recebemos rapidamente;
 2. O que vamos demorar para receber;
 3. O grupo de itens que a empresa não receberá, pois não estão a venda, mas destinados ao uso e à renda. Esses itens permanecem muito tempo dentro da empresa, daí serem chamados de Permanente.
- **Ativo Circulante:** dinheiro e tudo aquilo que será transformado em dinheiro rapidamente, ou seja, no Curto Prazo (CP). Normalmente o Curto Prazo em Contabilidade quer dizer, um período de até um ano. Ao apresentar um Balanço, por exemplo, no final do ano 31.12, todas as contas a receber e a pagar no próximo exercício (nos próximos 365 dias) devem ser classificadas a curto prazo (MARION, 2015). Existe também, exceção como por exemplo, elementos relacionados com o ciclo operacional que vamos estudar nas próximas aulas.
- **Ativo Não Circulante:** representado por bens e direitos. Espera-se muito tempo para receber, ou seja, contas que serão transformadas em dinheiro a longo prazo. Entende-se o Longo Prazo (LP), um período superior a um ano, ou conforme o ciclo operacional da atividade predominante, por exemplo uma empresa que vende um bem para

receber em 5 anos classificará essa conta a receber no grupo do Realizável a Longo Prazo (MARION, 2015).

1. GRUPOS DE CONTAS DO ATIVO

As contas do Ativo estão apresentadas em grupos homogêneos, ou seja, com a mesma característica. Os itens do Ativo são agrupados de acordo com a ordem decrescente de sua liquidez (capacidade de se transformar rapidamente em dinheiro).

1.1. PRIMEIRO – ATIVO CIRCULANTE

- **Disponível** (Caixa e Bancos = dinheiro) → este é o item mais líquido, pois é agrupado com outros itens que serão transformados em dinheiro, consumidos ou vendidos a curto prazo, ou seja, dentro de um ano;
- **Contas a Receber** (duplicatas) → são valores ainda não recebidos decorrentes de vendas de mercadorias ou prestação de serviços no prazo. São valores a receber de clientes;
- **Estoques** (matéria-prima) → são mercadorias a serem revendidas. No caso de indústria, são os produtos acabados, a matéria-prima e outros materiais secundários que compõem o produto em fabricação;
- **Investimento Temporário** → são aplicações realizadas normalmente no mercado financeiro com o excedente do Caixa. São investimentos por um curto período, pois assim que a empresa necessitar do dinheiro ela pode resgatar a aplicação;
- **Provisão para Devedores Duvidosos (-)** → parcela estimada pela empresa que não será recebida devido a maus pagadores. Deve ser subtraída de Contas a Receber.

1.2. SEGUNDO – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Este grupo é formado pelos bens de natureza duradoura e inclusive pelos itens de direito, ou seja, por valores a receber. Este grupo é formado por quatro subgrupos: Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

- **Realizável a longo prazo** → são ativos de menor liquidez. Neste item, são classificados os empréstimos ou adiantamentos concedidos às sociedades coligadas ou controladas, a diretores, acionistas, também os Títulos a Receber no Longo Prazo e outros;
- **Investimentos** → as participações que não se destinam à venda em outras sociedades (Investimento em Coligadas e Controladas) e outras aplicações de característica permanente que não se destinam à

manutenção da atividade operacional da empresa: imóveis alugados a terceiros (não de uso, mas para renda), obras de arte e outros. Exemplo: se uma empresa que fabrica geladeiras compra uma obra de arte ou terrenos, isto não vai impactar o seu negócio;

- **Imobilizado** → são ativos que não se destinam à venda. Neste caso são itens com pouca liquidez. Outra característica importante é que são itens de vida útil longa. Desta forma, sua reposição é lenta. Seus valores não variam constantemente, daí a denominação de Ativo Fixo. Neste subgrupo, encontramos prédios, instalações, equipamentos, móveis, utensílios, classificados pelo seu valor bruto;
- **(-) Dedução do Imobilizado** → **Depreciação Acumulada** → à medida que o imobilizado perde sua capacidade (pelo desgaste ou pela deterioração da tecnologia) daqueles ativos de produzirem eficientemente. Desta forma, tem-se o Valor Líquido (Valor Bruto (-) Depreciação Acumulada) que deve aproximar-se do valor daqueles ativos em termos de potencial capaz de trazer benefícios futuros para a empresa. No subgrupo Não Circulante Imobilizado são os direitos que tenham por objetos bens corpóreos (tangíveis ou palpáveis);
- **Intangível** → são direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, ou seja, não palpáveis, que não podem ser tocados, destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. Exemplos: fundo de comércio, marcas e patentes, *software* etc.

2. GRUPO DE CONTAS DO PASSIVO

O Balanço Patrimonial sempre vai estar dividido em grupos de contas com as mesmas características, pois desta forma fica mais clara a leitura, interpretação e análise dos dados informados nos Demonstrativos Financeiros.

Os grupos de contas, assim como as próprias contas, serão mostrados em ordem de liquidez. Aquilo que se transforma rapidamente em dinheiro.

Observe a visão sintética do Balanço, conforme a tabela abaixo. Estes conceitos precisam ser fixados por você, pois ajudará muito quando for fazer classificações, interpretações e análises dos dados contábeis.

ATIVO	PASSIVO
Circulante: São contas que estão em giro, ou seja, em movimento, sendo que sua transformação em dinheiro ocorrerá, no máximo, até o próximo exercício social.	Circulante: São obrigações exigíveis que serão liquidadas no próximo exercício social: nos próximos 365 dias após o levantamento do balanço.

ATIVO

Não Circulante: Compreendem todas as contas que não serão realizadas no próximo exercício social.

- **Realizável a Longo Prazo:** Incluem-se nessa conta bens e direitos que se transformarão em dinheiro após o exercício seguinte.
- **Investimentos:** São as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade de companhia ou da empresa.
- **Imobilizado:** São os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (palpáveis) destinados à manutenção da atividade fundamental da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram à empresa os benefícios, riscos e controle desses bens.
- **Intangível:** São direitos que tenham por objetivos bens incorpóreos, isto é, que não podem tocar, destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

PASSIVO

Não Circulante: Compreendem todas as obrigações exigíveis que não serão liquidadas no próximo exercício social.

- **Exigível a Longo Prazo:** São obrigações exigíveis que serão liquidadas com prazo superior a um ano (dívidas a longo prazo).
- **Patrimônio Líquido:** São recursos dos proprietários aplicados na empresa. Os recursos significam o capital mais o seu rendimento, ou seja, lucros e reservas. Se houver prejuízos, o total dos investimentos dos proprietários será reduzido.

O CICLO OPERACIONAL

O Ciclo Operacional é entendido pelo período de tempo que uma empresa necessita para transformar seu estoque, vendê-lo e receber as duplicatas geradas na venda, e assim o dinheiro entrar no caixa. Exemplos:

CICLO OPERACIONAL	TEMPO
Supermercado	É relativamente rápido, em média 30 dias, pois normalmente este tipo de negócio tem o giro rápido e vende à vista.
Metalurgia	Normalmente o ciclo é um pouco mais lento, pois, além de industrializar, costuma vender a prazo, seu ciclo normalmente é acima de 90 dias.
Indústria Naval	Tem um ciclo mais longo, pode chegar a passar de um ano.
Construção Civil	Tem um ciclo mais longo, pode chegar a passar de um ano.
Outros	É necessário verificar cada segmento.

Observação: existem empresas que o ciclo operacional é muito longo, por exemplo, uma atividade pecuária de corte, pois, desde o nascimento do bezerro até a venda do boi gordo e o recebimento, pode passar de quatro anos.

Agora que entendemos um pouco o ciclo operacional das empresas, vamos continuar estudando o grupo de contas.

GRUPO DE CONTAS PASSIVO

O Passivo vai agrupar as contas conforme o vencimento, ou seja, contas que serão liquidadas rapidamente serão agrupadas em primeiro lugar, isto é, no primeiro grupo (chamado de circulante).

Para as contas que possuem um prazo mais longo para pagamento agrupa-se em segundo lugar (chamado de Exigível a Longo Prazo).

1. Primeiro grupo – Passivo Circulante

Este grupo de contas agrupa as que são pagas dentro de um ano, ou seja, no curto prazo. Exemplos: contas a pagar; dívidas com fornecedores de mercadorias ou de matérias-primas; os impostos a recolher (para o governo), os empréstimos bancários com vencimento nos próximos 360 dias, as provisões (são despesas incorridas, geradas, ainda não pagas, mas já reconhecidas pela empresa, como: Imposto de Renda, Férias, 13º Salários, Salários a Pagar, Encargos Sociais a Pagar e outras).

2. Segundo grupo – Passivo não Circulante

Neste grupo você encontrará as obrigações das firmas, inclusive os financiamentos destinados para aquisição de bens do Ativo não Circulante. Também, serão classificadas neste grupo as contas que vencerão no exercício do ano seguinte.

Neste caso será preciso verificar o ciclo operacional da empresa, que normalmente é de 12 meses, mas poderá ser maior dependendo do tipo de negócios, por exemplo, uma empresa de navio que seu ciclo leva 24 meses haverá a necessidade de se ajustar o ciclo do exercício social, em função de se ter um ciclo operacional de 24 meses, diferente da normalidade.

Dentro do Passivo não Circulante, que também é conhecido como Exigível a Longo Prazo, encontram-se as dívidas que a empresa deverá liquidar com prazo superior a um ano, por exemplo, Financiamentos, Títulos a Pagar, Debêntures etc. Contrair dívidas a longo prazo poderá auxiliar no fluxo de caixa da empresa, pois ela terá mais tempo para gerar recursos para saldar os compromissos. Mas, nem sempre é muito fácil conseguir empréstimos a longo prazo, principalmente para Capital de Giro (Ativo Circulante).

Normalmente o que se encontra no mercado é financiamento a longo prazo, relacionado a aquisição de bens do Permanente. Pois, espera-se que a aplicação dos recursos em Permanente leve mais tempo para gerar recursos e, também, é mais caro. Ativos Permanentes, como vimos no capítulo anterior, são prédios, máquinas e equipamentos, instalações para expansão e outros.

Sempre que a empresa puder, é bom que concentre suas obrigações a longo prazo. Mas, é necessário fazer uma análise do mercado financeiro na época em relação a juros, principalmente, em épocas de inflação decrescente, não é interessante contrair empréstimos a longo prazo.

Do mesmo lado do Passivo encontra-se o Grupo de Contas do Patrimônio Líquido, que representa os investimentos dos proprietários (Capital) além das Reservas (destino específico para o lucro não distribuído) e outros itens.

No quadro abaixo, veja a estrutura básica do Balanço Patrimonial Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

BALANÇO PATRIMONIAL			
	ATIVO	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	Disponível (Caixa e Banco)	Fornecedores a pagar no curto prazo	
	Clientes (duplicatas a receber)	Salários a pagar no curto prazo	
	Estoques		Encargos a pagar no curto prazo
			Impostos a pagar no curto prazo
		Encargos a pagar no curto prazo	
NÃO CIRCULANTE	Realizável a longo prazo	Financiamentos a pagar no longo prazo	
	Investimentos Imobilizado		Títulos a pagar no longo prazo
	Intangível		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Capital Social	
		Reservas	
		Lucros ou Prejuízos	



ANTENA PARABÓLICA

A contabilidade exerce uma função muito importante para nossas empresas e para a economia de nosso país. Quando classificamos as contas contábeis estamos organizando o que foi realizado naquele determinado período. Com essas informações, podemos observar o que aconteceu realmente com os nossos recursos.

Se a empresa tem um bom planejamento orçamentário e for comparando o real apurado, pela contabilidade, com o planejado, ela poderá verificar se conseguiu atingir os resultados esperados e, assim ir corrigindo as possíveis falhas no processo operacional. Imagine como seria difícil saber se o que estamos fazendo com os recursos da empresa em nosso dia a dia está correto, sem o auxílio da contabilidade.

Bons estudos!

REFERÊNCIAS

CRUZ, J. A. W.; ANDRICH, E. G.; SCHIER, C. U. C. **Contabilidade Introdutória Descomplicada**. Curitiba/PR: Juruá, 2010.

MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. **Curso de Contabilidade para não contadores**. São Paulo/SP: Atlas, 2009.

MARION, JOSÉ CARLOS. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo/SP: Atlas, 2009.

QUINTANA, A. C. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2015.

4

GESTÃO EMPRESARIAL
CONTABILIDADE

BALANÇO PATRIMONIAL – GRUPOS DE CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



4

CONTABILIDADE BALANÇO PATRIMONIAL – GRUPOS DE CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



OBJETIVOS DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM

Ao final da aula você deverá ser capaz de entender o grupo de contas do Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial.



COMPETÊNCIAS

Conhecer o que são obrigações não exigíveis.



HABILIDADES

Aprender a elaborar e interpretar o Balanço Patrimonial.

APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial, assunto das últimas duas aulas, é o principal documento contábil na tomada de decisões nas organizações. Ele apresenta todas as informações relevantes separadas em entradas e saídas, ou ativo e passivo, como verificamos nas últimas aulas.

Nesta aula você conhecerá a última parte do Balanço Patrimonial, que é o Patrimônio Líquido. Esta parte representa todo o capital investido na empresa, desde a sua criação. Ele é composto pelo capital dos sócios e da própria organização, quando reinveste seus lucros no crescimento.

Preparado para iniciar? Vamos lá!

PARA COMEÇAR

No Balanço Patrimonial temos dois lados: o esquerdo, composto por elementos do Ativo, que nós já aprendemos nas aulas anteriores, o direito, composto pelo Passivo Exigível (já estudado na aula anterior), e também o Patrimônio Líquido, grupo de contas que iremos nos aprofundar nesta aula. Observe a representação na tabela abaixo:

Tabela 1. Balanço Patrimonial.

ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Lado Esquerdo	Lado Direito

De forma simplificada, podemos dividir o Balanço Patrimonial em dois lados — esquerdo e direito, formados pelos grupos:

- **Ativo:** composto pelos bens e direitos mensuráveis em moeda (já estudado nas aulas anteriores);
- **Passivo:** que basicamente agrupa as obrigações com terceiros (já estudado nas aulas anteriores);

- **Patrimônio Líquido:** este grupo de contas mostra os recursos dos proprietários aplicados no empreendimento. O investimento inicial dos proprietários é denominado, contabilmente, Capital. Se houver outras aplicações por parte dos proprietários (acionistas – S/A, ou sócios – Ltda.) ou venda de ações no caso de empresas com capital aberto, teremos acréscimo ao Capital. O Lucro também é uma forma de aumento do capital, pois parte do Lucro pode ser reinvestido no empreendimento.



ATENÇÃO

Conforme o princípio da objetividade, que já foi estudado na primeira aula, a Contabilidade só registra os bens e direitos mensuráveis em moeda.

FUNDAMENTOS

O Patrimônio Líquido (PL) é representado pelos recursos aplicados pelos proprietários na empresa, o que também denominamos de Capital. O Patrimônio Líquido pode sofrer alterações positivas ou negativas, por exemplo: quando os sócios fazem novos investimentos, ou pelas vendas de ações (quando o capital for aberto – S/A) ou ainda por meio de Lucros ou Prejuízos ocorridos através das operações do próprio negócio.

O Patrimônio Líquido também é conhecido como capital próprio ou não exigível. Assim como o Passivo é capital de terceiros e exigível, como vimos na aula anterior.

Nunca podemos esquecer o conceito de Patrimônio Líquido que é representado pela função $PL = \text{bens} + \text{direitos} - \text{obrigações}$, esta função nos ajuda a perceber com facilidade que nesta parte do BP ficam os recursos da empresa que efetivamente pertencem aos sócios. As outras origens pertencem a terceiros. Observe a tabela a seguir:

ATIVO (aplicação)	PASSIVO (origem)	ORIGEM
• Bens e Direitos	• Passivo exigível (obrigações)	• Capital de terceiros
	• Patrimônio Líquido (Não exigível)	• Capital próprio

1. GRUPO DE CONTAS – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido representa os investimentos dos proprietários (Capital), as Reservas de Capital (o lucro não distribuído) e outros. São recursos dos proprietários aplicados na empresa. Os recursos (financeiros ou materiais) significam o capital mais o seu rendimento, ou seja, o Lucro e reservas. Se acontecer prejuízo, o total do investimento dos proprietários sofrerá redução.

Caso

Vamos entender um caso prático para ficar mais claro o conceito de Patrimônio Líquido (PL).

Imaginemos que o Sr. João Maria decida abrir um negócio no ramo de prestação de serviços de manutenção industrial e convide para fazer parte da sociedade o Sr. José Rico.

Para isso, fizeram uma reunião de planejamento e ficou acordado que cada um iria investir na sociedade a importância de R\$ 40.000,00. Com esse recurso financeiro eles iriam estruturar a empresa da seguinte forma:

CONTAS	VALOR
Caixa da empresa, para pagamento de pequenas despesas	R\$ 5.000,00
Conta corrente para a empresa	R\$ 40.000,00
Ferramentas	R\$ 20.000,00
Veículo	R\$ 20.000,00

Para atender melhor a necessidade inicial da empresa foi necessário realizar um empréstimo no valor de R\$ 5.000,00, pois os investimentos ultrapassaram os R\$ 80.000,00 planejados inicialmente. Dessa forma eles poderiam começar o empreendimento.

A partir das ocorrências acima, o Contador elaborou o Balanço de Abertura da nova sociedade, denominada J & J Manutenção Industrial Ltda.

As contas foram classificadas da seguinte forma:

- **Bens e Direitos:** Caixa, Bancos, Ferramentas e Veículos;
- **Obrigações:** Empréstimos a pagar;
- **Patrimônio Líquido:** Capital social.

Assim, o Contador então apresentou o Balanço de Abertura da empresa com a seguinte estrutura:

J & J MANUTENÇÃO INDUSTRIAL
BALANÇO DE ABERTURA (em R\$)

ATIVO (aplicação)		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (origem)	
Caixa	5.000,00	Passivo Exigível	
Banco	40.000,00	Empréstimo a Pagar	5.000,00
Ferramentas	20.000,00	Patrimônio Líquido	
Veículo	20.000,00	Capital Social	80.000,00
Total Ativo	85.000,00	Total Passivo	85.000,00

O capital de R\$ 80.000,00 foi aplicado na empresa; para complementar, foi necessária a realização de um empréstimo.

Observem que a empresa deve tudo o que ela tem aplicado para os sócios ou para terceiros, por isso o ativo tem suas contas devedoras e o Passivo + o Patrimônio Líquido têm suas contas credoras.

Apesar de o Ativo ter suas contas devedoras, existem contas credoras também, como as redutoras do Ativo circulante (devedores duvidosos) e outras por exemplo.

Outro fato importante de ser observado é que sempre o total do Ativo vai ser igual ao do Passivo, por isso a denominação Balanço Patrimonial, vem de balança, lembra?



ATENÇÃO

O Balanço Patrimonial é um dos mais importantes relatórios contábeis. Por meio dele é possível perceber a situação patrimonial e financeira de uma empresa.



ANTENA PARABÓLICA

O Balanço Patrimonial revela de forma clara a situação patrimonial e financeira de uma organização. Conforme já podemos constatar, é uma demonstração contábil obrigatória para todas as empresas. Nunca se esqueça que o Balanço Patrimonial é, além de tudo, uma ferramenta importante para a tomada de decisão empresarial e deve ser elaborado de forma correta, respeitando os princípios contábeis.

O bom gestor tem obrigação de zelar pelo patrimônio da organização. Utilize sempre a contabilidade para gerenciar sua empresa!

A contabilidade é a base, ou seja, o alicerce para a construção da boa gestão. Uma organização, para atingir seus objetivos, precisa ter suas informações bem registradas e demonstradas com o intuito de monitorar as suas decisões financeiras, de estoque, de compras, de custos, de produção, entre outras.

Uma empresa bem administrada cumpre seu papel com os proprietários, com os investidores, com os empregados e com a sociedade, pois a empresa é responsável pela geração de riqueza no sentido mais amplo da palavra emprego e renda.

O sucesso da sua organização será o seu sucesso profissional!



DICA

O Balanço Patrimonial mostra de forma clara e objetiva a situação patrimonial e financeira da organização.



E AGORA, JOSÉ?

Agora que você já conhece os Grupos de Contas vamos exercitar na próxima aula.

Bons estudos!

GLOSSÁRIO

Ativo: composto pelos bens e direitos mensuráveis em moeda.

Passivo Exigível: que reúne as obrigações assumidas pela empresa com terceiros (capital

de terceiros).

Patrimônio Líquido: compreende os recursos dos proprietários investidos na empresa (capital social).

REFERÊNCIAS

CRUZ, J. A. W.; ANDRICH, E. G.; SCHIER, C. U. C. **Contabilidade Introdutória Descomplicada.** Curitiba/PR: Juruá, 2010.

MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. **Curso de Contabilidade para não contadores.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.

MARION, JOSÉ CARLOS. **Contabilidade Empresarial.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.

5

GESTÃO EMPRESARIAL
CONTABILIDADE

BALANÇO PATRIMONIAL: ELABORAÇÃO



5

CONTABILIDADE BALANÇO PATRIMONIAL: ELABORAÇÃO



OBJETIVOS DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM

Ao final da aula você deverá ser capaz de entender o Balanço Patrimonial e o ciclo operacional.



COMPETÊNCIAS

Conhecer o que são bens, direitos e obrigações.



HABILIDADES

Aprender a elaborar e interpretar o Balanço Patrimonial.

APRESENTAÇÃO

Nesta última aula sobre Balanço Patrimonial iremos reunir todas as informações das aulas anteriores para estruturar o conceito completo.

Assim, ao final da aula você conseguirá elaborar um Balanço Patrimonial, identificando quais informações devem estar contidas no lado do ativo, do passivo e do patrimônio líquido. Dessa maneira, você terá pleno domínio para analisar Balanços de outras empresas e saber identificar a saúde financeira desta.

Vamos lá?

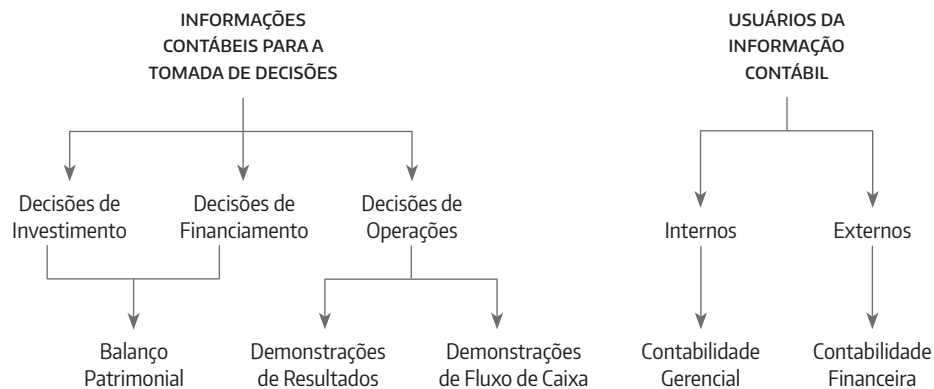
PARA COMEÇAR

O Balanço Patrimonial (BP) é um dos mais importantes relatórios contábeis que auxilia a tomada de decisão gerencial, mas não é o único. Observe na figura abaixo, que há outros relatórios que auxiliam a tomada de decisão gerencial. O BP é utilizado para decisões de investimentos e financiamentos. O Demonstrativo dos Resultados do Exercício (DRE) e o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC), que estudaremos nas aulas seguintes, apresentam informações para decisões de ordem operacionais e também de projeção futura.

Quem utiliza esses relatórios? Lembra-se? Usuários internos e externos tanto da Contabilidade gerencial como da Contabilidade financeira.

E os usuários, quem são? Os investidores, os bancos, os administradores (gestores), os fornecedores, os empregados, os sindicatos, entre outros.

Figura 1. Informações Contábeis – Tomada de Decisão.



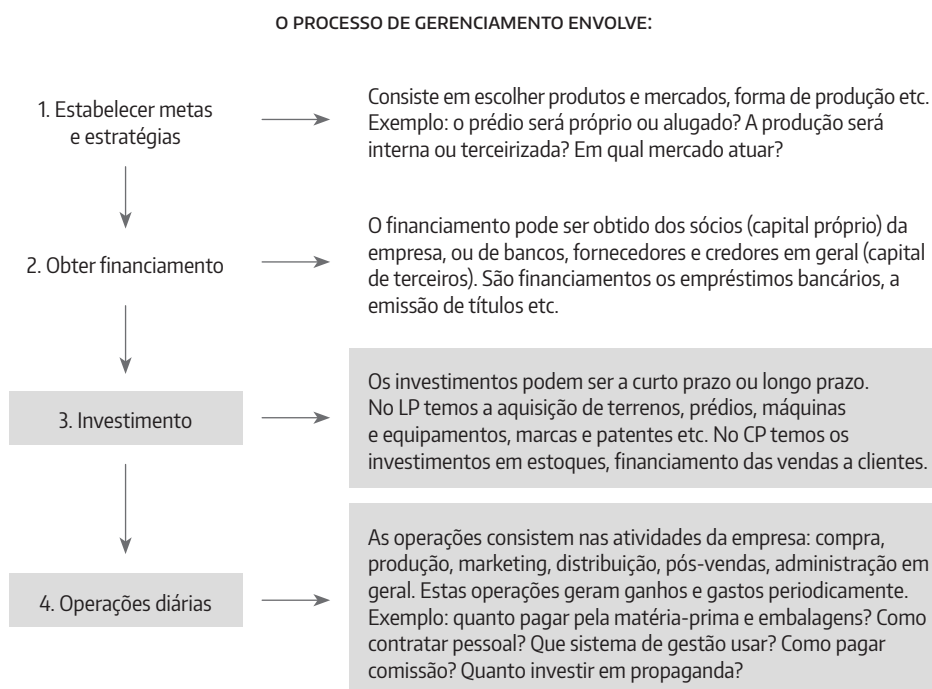
Conforme foi estudado nas aulas anteriores, o BP evidencia, em determinada data (no Brasil de 01.01. XX a 31.12. XX de cada ano), a natureza dos valores que compõem o patrimônio da empresa - bens e direitos (aplicações) — e a origem desses valores — obrigações e patrimônio líquido.

Evidencia a posição patrimonial e a posição financeira da empresa. Ele é levantado ao final de cada exercício ou, quando for necessário, por motivos previstos na Lei das S/As vigentes no país.

Também, nos foi informado, que os relatórios contábeis servem para auxiliar a tomada de decisão gerencial! Mas, como isto acontece? Vamos ver! Vamos lá!

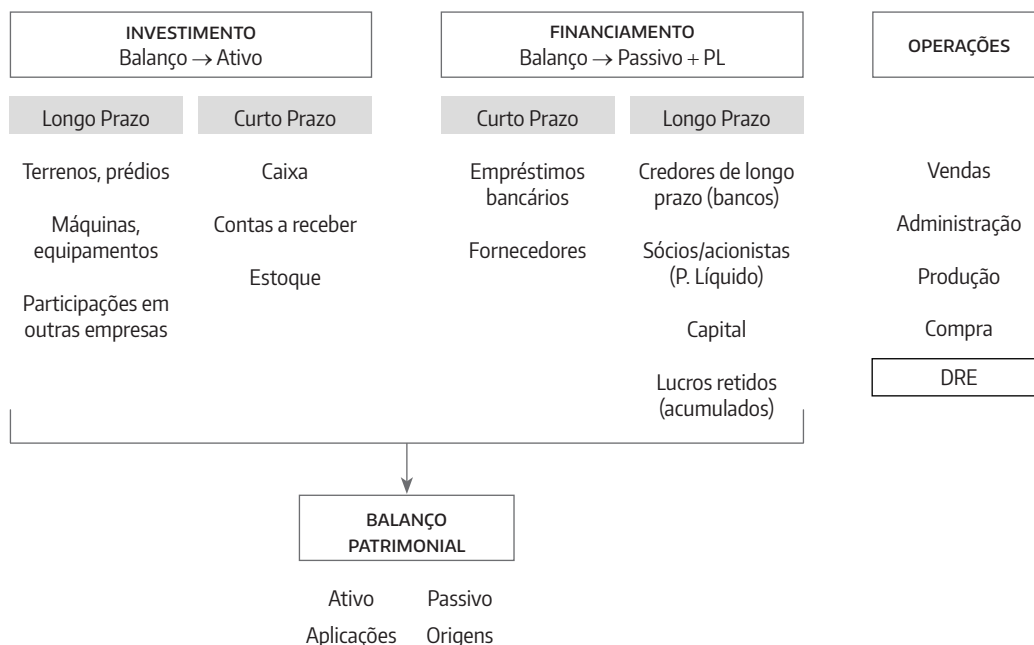
FUNDAMENTOS

Figura 2. Processo de Gerenciamento.



A tomada de decisão pode ser de curto ou longo prazo, financeira ou de investimento. Acontece tanto no Ativo como no Passivo e as decisões operacionais vão afetar diretamente o Lucro da empresa ou o Prejuízo. A figura abaixo revela estas metas e estratégias, inclusive prazos.

Figura 3. Metas e Estratégias – Prazos.



Para que uma empresa consiga cumprir seu objetivo e metas é muito importante que conheça o seu ciclo operacional.



ATENÇÃO

Entende-se como Ciclo Operacional o período de tempo que uma indústria, por exemplo, leva para produzir seu estoque, vendê-lo e receber as duplicatas geradas na venda, entrando dinheiro em caixa. Em outras palavras, é o tempo que a empresa demora em produzir, vender e receber resultado do produto que fabrica.

Ter o controle do tempo em que a empresa transforma estoque de matéria-prima em produto acabado, consegue vendê-lo e recebe as duplicatas geradas na venda, entrando dinheiro em caixa, é muito importante para que a empresa consiga atingir seus objetivos. Um bom gestor precisa ter esses controles muito bem elaborados e a base está em adquirir Competência Contábil.

Isso também se aplica às empresas de serviços e outros tipos de organizações.

O Balanço Patrimonial, conforme apresentado nas aulas anteriores, é composto por contas que representam uma situação estática da empresa, ou seja, representam o patrimônio. Eles correspondem aos Bens, Direitos e Obrigações com terceiros e com os proprietários. Também, aprendemos que o Balanço Patrimonial está dividido em Ativo e Passivo.

Inclusive, verificamos que as contas patrimoniais representam as origens e aplicações dos recursos organizacionais, assim agrupadas:

Tabela 1. Contas Patrimoniais.

CONTAS PATRIMONIAIS	
Ativo = bens e direitos = aplicações	
Passivo = obrigações e patrimônio líquido = origens	

Observe abaixo que as contas estão apresentadas em forma de T. Que também podem ser chamadas de razonetes.

Figura 4. Balanço Patrimonial.

ATIVO (aplicação)	PASSIVO (origem)
Bens e direitos	Obrigações Patrimônio líquido

Para fixarmos, vamos apresentar abaixo uma tabela com as principais contas patrimoniais, classificadas em Bens, Direitos, Obrigações e Patrimônio Líquido (PL), pelo tipo de conta: Ativo ou Passivo; e, também, pela classificação de origem e aplicações.

Conhecer e saber classificar as contas quanto à sua origem e tipo é muito importante para que um bom gestor consiga, no seu dia a dia, administrar os negócios, pois este conhecimento poderá representar uma capacidade e um grande diferencial para a boa gestão.

Exercitar estes conhecimentos será importante principalmente na hora de tomar uma decisão que envolve os recursos financeiros da empresa, de forma a entender suas movimentações financeiras. Conhecer e entender as contas patrimoniais faz-se necessário, pois é por meio delas que a empresa vai entender o que foi realizado durante o exercício (normalmente de um ano, no período de 01/01/XX a 31/12/XX).

Tabela 2. Bens, Direitos, Obrigações e Patrimônio Líquido.

CONTAS	BENS, DIREITOS, OBRIGAÇÕES E PL	TIPO	ORIGENS OU APLICAÇÕES
Caixa	Bem	Ativo	Aplicação
Estoque de mercadorias	Bem	Ativo	Aplicação
Banco	Bem	Ativo	Aplicação
Clientes	Direito	Ativo	Aplicação
Veículos	Bem	Ativo	Aplicação
Móveis e utensílios	Bem	Ativo	Aplicação
Imóveis	Bem	Ativo	Aplicação
Terrenos	Bem	Ativo	Aplicação
Duplicatas a pagar	Obrigações	Passivo	Origens
Energia elétrica a pagar	Obrigações	Passivo	Origens
Salários a pagar	Obrigações	Passivo	Origens
Fornecedores	Obrigações	Passivo	Origens
Capital social	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido	Origens dos sócios
Lucros acumulados	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido	Origem das operações do negócio
Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido	Origens das operações do negócio

Para melhor fixação observe estas contas na estrutura do Balanço Patrimonial.

Tabela 3. Balanço Patrimonial.

ATIVO (aplicação)	PASSIVO (origem)
<p>Bens</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caixa • Estoque • Veículos • Móveis e utensílios • Imóveis • Terrenos <p>Direitos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Duplicatas a receber • Banco conta movimento intangível 	<p>Obrigações com terceiros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Duplicatas a pagar • Energia elétrica a pagar • Salários a pagar • Fornecedores <p>Obrigações com os proprietários (patrimônio líquido)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capital social • Lucros acumulados • Prejuízos acumulados • Reservas

Lembre-se que as contas estão dispostas em circulante, não circulante e investimentos. Vamos ver!

O grupo de contas do Ativo representa as aplicações de recursos, ou seja, toda origem que entra através do Passivo, de alguma forma é aplicado no Ativo.

As contas do Ativo estão classificadas pelo seu grau de liquidez, ou seja, capacidade de conversão em dinheiro. Nesta ordem:

- Primeiro: Ativo Circulante;
- Segundo: Ativo não Circulante.

- **Ativo circulante:** são as contas disponíveis e realizadas em *curto prazo*. Estão separadas em bens e direitos:
 - Bens: caixa, estoques;
 - Direitos: duplicatas a receber (clientes), notas promissórias a receber, empréstimos a receber, contas bancárias e outros;
- **Ativo não circulante:** são os bens e direitos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento da empresa, tipo: Ativo Realizável a longo prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível;
- **Realizável a longo prazo:** direitos realizáveis após o término do exercício subsequente, como: derivados de vendas, adiantamento ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, acionistas, diretores ou participantes no lucro;
- **Investimentos:** neste grupo são classificadas as contas que representam a designação de capital para fins de rendimentos, ou seja, é o dinheiro destinado à aplicação em bens que podem gerar rendimentos, como: compra de imóvel para alugar, investimento em outras empresas, entre outros;
- **Imobilizado:** nesse subgrupo são classificadas as contas que representam os bens ou valores permanentes e estáveis do patrimônio como: imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, terras e outros;
- **Intangível:** este grupo é novo, conforme a Lei 11.638/07. Aqui são classificadas as contas que representam bens e direitos intangíveis, como: fundo de comércio adquirido, marcas e patentes, entre outros.

O Passivo e o Patrimônio Líquido:

O Passivo representa a origem dos recursos, que podem ser de terceiros ou próprio, ou seja, os recursos que vão ser aplicados no Ativo. E estão assim organizados:

- Passivo Circulante;
- Passivo não Circulante;
- Patrimônio Líquido:
 - Capital Social;
 - Reservas de Capital;
 - Reservas de Lucros;

- Ações em Tesouraria;
- Prejuízo Acumulado.

- **Passivo circulante:** contas que representam obrigações com vencimento em curto prazo, em até 12 meses, como: duplicatas a pagar, notas promissórias a pagar, salários a pagar, energia elétrica a pagar, entre outras;
- **Passivo não circulante:** aqui são as contas com vencimento superior a 12 meses, como: duplicatas a pagar, notas promissórias a pagar, salários a pagar, energia elétrica a pagar, entre outras;
- **Patrimônio líquido:** neste grupo encontram-se os valores do Capital próprio da empresa, sendo a diferença aritmética entre a soma dos bens e direitos menos as obrigações. O Patrimônio Líquido é dividido nos seguintes grupos: Capital Social, Reservas do Capital, Ajuste de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

Observação: o Capital próprio é oriundo dos sócios e o capital de terceiros de fontes externas à empresa.

Nos próximos encontros você irá aprender sobre o Demonstrativo dos Resultados do Exercício (DRE). Este relatório complementa o BP e o resultado encontrado no DRE é que irá fechar o BP: Lucro ou Prejuízo.



ATENÇÃO

O Balanço Patrimonial é um relatório que demonstra de forma sintética e contabilmente organizada o Patrimônio da Empresa.



ANTENA PARABÓLICA

O Balanço Patrimonial revela de forma clara a situação patrimonial e financeira de uma organização. Conforme podemos constatar é uma demonstração contábil obrigatória para todas as empresas. Nunca se esqueça de que o Balanço Patrimonial é, além de tudo, uma ferramenta importante para a tomada de decisão empresarial e deve ser elaborado de forma correta, respeitando os princípios contábeis.

O bom gestor tem obrigação de zelar pelo patrimônio da organização. Utilize sempre a contabilidade para gerenciar sua empresa!

A contabilidade é a base, ou seja, o alicerce para a construção da boa gestão. Uma organização, para atingir seus objetivos, precisa ter suas informações bem registradas e demonstradas com o intuito de acompanhar suas decisões financeiras: de estoque, de compras, de custos, de produção, entre outras.

Uma empresa bem administrada cumpre seu papel com os proprietários, com os investidores, com os empregados e com a sociedade, pois a empresa é responsável pela geração de riqueza no sentido mais amplo da palavra, emprego e renda.

O sucesso da sua organização será o seu sucesso profissional!



DICA

O Balanço Patrimonial mostra de forma clara e objetiva a situação patrimonial e financeira da organização.



E AGORA, JOSÉ?

Agora que você já conhece o Balanço Patrimonial, nas próximas aulas você vai conhecer o DRE.

Bons estudos!

GLOSSÁRIO

Ativo: composto pelos bens e direitos mensuráveis em moeda.

Passivo Exigível: que reúne as obrigações assumidas pela empresa com terceiros (capital de terceiros).

Patrimônio Líquido: compreende os recursos dos proprietários investidos na empresa (capital social).

REFERÊNCIAS

CRUZ, J. A. W.; ANDRICH, E. G.; SCHIER, C. U. C. **Contabilidade Introdutória Descomplicada.** Curitiba/PR: Juruá, 2010.

MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. **Curso de Contabilidade para não contadores.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.

MARION, JOSÉ CARLOS. **Contabilidade Empresarial.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.

6

GESTÃO EMPRESARIAL
CONTABILIDADE

DRE: INTRODUÇÃO, CONCEITOS E ELEMENTOS



6

CONTABILIDADE DRE: INTRODUÇÃO, CONCEITOS E ELEMENTOS



OBJETIVOS DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM

Apresentar essa ferramenta utilizada pela contabilidade, que busca explicar a origem do lucro ou prejuízo obtido pela empresa.



COMPETÊNCIAS

Avaliar os desempenhos financeiros da empresa, comparando-os com o resultado contábil.



HABILIDADES

Estruturar as Demonstrações Contábeis como fator fundamental no processo de Análise de Balanço e demais Demonstrações Financeiras.

APRESENTAÇÃO

Nesta aula será apresentado um novo documento contábil muito importante para as organizações e de grande auxílio na tomada de decisão das organizações, que é o Demonstrativo de Resultado do Exercício, ou DRE.

Este é o documento que mostra o resultado da empresa após o encerramento do exercício fiscal e define se a organização tem lucro ou prejuízo, de quanto é, além de apresentar as informações que podem influenciar sobre ele. Nas próximas aulas iremos conhecer tudo sobre o DRE. Pronto para iniciar?

PARA COMEÇAR

Depois de ter elaborado o Balanço Patrimonial da empresa, você tem uma fotografia de como está o patrimônio da organização em um determinado momento, conhecido como exercício, ou seja, o tempo que a empresa leva para cumprir seu ciclo operacional (período contábil). Veja o exemplo de um balanço patrimonial: (R\$)

ATIVO		PASSIVO	
Circulante		Circulante	
Caixa	20.000,00	Contas a pagar	18.000,00
Não Circulante		Patrimônio Líquido	
Veículos	50.000,00	Capital	40.000,00
(-) Deprec. Ac.	(12.000,00)		
	38.000,00		
Total	58.000,00	Total	58.000,00

Após esse momento é comum, e de extrema importância para os gestores, a utilização de um Balanço Patrimonial comparativo, para que possam verificar os resultados obtidos com relação ao ano anterior.

Nos encontros de negócios os empresários costumam perguntar:

- Como foi o ano?
- Se as atividades da organização resultaram em Lucros ou Prejuízos?

Vamos lá!

FUNDAMENTOS

A DRE reúne somente as contas de Resultados e, pela sua estrutura, chega-se ao Lucro ou Prejuízo do exercício.



CONCEITO

A DRE – Demonstração do Resultado do Exercício - é uns dos relatórios contábeis obrigatórios, isto é, com necessidade de ser publicada em dois jornais, para as Sociedades Anônimas (Lei nº 11.638/07).

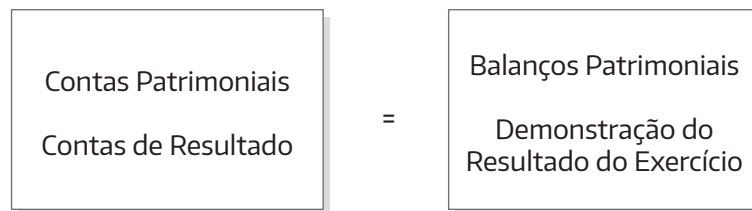
- **Relatório Contábil** – também conhecido por informes contábeis, sendo as demonstrações financeiras as mais importantes.
- **Demonstrações Financeiras** – ou demonstrações contábeis. Devem ser publicadas ao final de cada período de 12 meses (Lei das Sociedades por Ações).

Principais demonstrações financeiras:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPAc);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA) (se companhia aberta).

Nota: a principal preocupação na elaboração de um “Relatório Contábil” é a riqueza de detalhes e a idoneidade da informação.

- **Contas de Resultado** – têm sua origem no início do exercício e são encerradas ao término dele. Elas não são apresentadas no Balanço Patrimonial. Estão dispostas na Demonstração Financeira DRE – Demonstrativo do Resultado do Exercício.

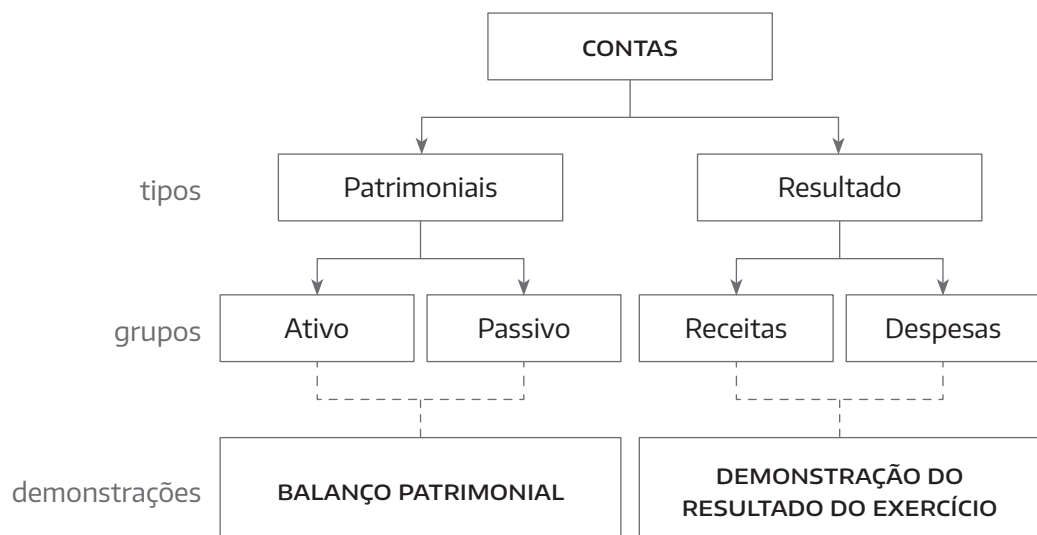


As contas de Resultados são separadas em:

- **Contas de Despesas:** são os gastos, como o consumo de bens e serviços. Exemplos: materiais de limpeza, consumo de energia elétrica, água e esgoto, despesas bancárias, lanches, aluguéis, descontos concedidos, fretes e carretos, impostos diversos, juros, salários e comissões de vendas, entre outras.
- **Contas de Receitas:** são oriundas da transação de venda de produtos ou serviços. Exemplos: venda de mercadorias (produtos), receitas de serviços (a empresa presta algum serviço), juros ativos (decorrentes de recebimentos de empréstimos ou atrasos de recebimento), aluguéis ativos (recebimento de aluguel) e descontos obtidos (aqueles que são dados pelo fornecedor no ato de uma compra).

Para melhor entendimento, observe o organograma a seguir. Ele apresenta a distribuição das contas em: tipos, grupos e demonstrações.

Imagem 1.
Distribuição das contas em: tipos, grupos e demonstrações.

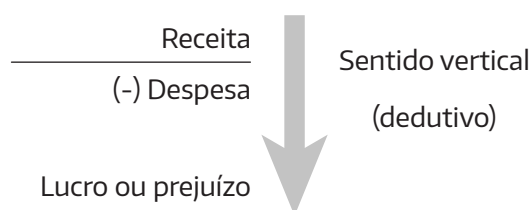


Ao final de cada exercício social, conforme disposição da Lei das Sociedades por Ações, as empresas precisam elaborar, entre outras demonstrações, a **DRE – Demonstração do Resultado do Exercício**, onde podemos observar: o retorno resultante do investimento de seus proprietários (Lucro ou Prejuízo).

Toda organização econômica tem como principal objetivo a obtenção do “Lucro”, mas, deve-se ter em mente que o importante é perseguir o “bom Lucro”, ou seja, aquele que realmente contribui para o crescimento real do Patrimônio Líquido, fortalecendo assim a situação econômica da empresa.

A arte de administrar recursos escassos na empresa pode ser eficiente ou não. O sucesso dessa gestão depende de como é avaliado o resultado do exercício (apurado na DRE), com relação ao que foi aplicado no Ativo e/ou com o capital investido pelos proprietários (PL).

A **DRE – Demonstração do Resultado do Exercício** é um resumo das **contas de receitas** e despesas de uma empresa, em um período de doze meses. Ela se apresenta de forma vertical, isto é, subtraem-se das receitas, as despesas e em seguida apura-se o resultado: **lucro ou prejuízo**.



LEMBRE-SE

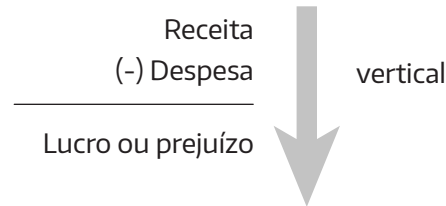
O lucro é uma terminologia ampla. Na DRE encontraremos vários tipos de Lucro, são eles:

- Lucro Operacional Bruto ou, simplesmente – Lucro Bruto.
- Lucro Operacional Líquido ou, simplesmente – Lucro Operacional.
- Lucro antes do Imposto de Renda.
- Lucro depois do Imposto de Renda.
- Lucro Líquido.

O prejuízo é uma situação transitória, passageira, pois ninguém, nem nenhuma empresa, sobrevivem muito tempo em constante prejuízo. Por sua vez, o lucro assume característica permanente.

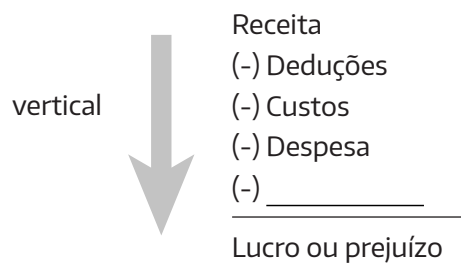
Para as micros ou pequenas empresas, como: bares, farmácias, mercearias etc., a DRE – simples evidencia o total das Receitas deduzindo o total das Despesas, apurando assim o Lucro/Prejuízo.

DRE - SIMPLES



Porém, a DRE completa, exigida por Lei (Lei das Sociedades por Ações), fornece maiores detalhes para a tomada de decisão. Ela apresenta os grupos de despesas, vários tipos de lucro, destaca os impostos, entre outras informações.

DRE - COMPLETA



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

1.	Receita Operacional Bruta – (ROB = 1.1 + 1.2)
1.1.	Venda de Mercadorias
1.2.	Serviços Prestados
2.	(-) Deduções (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)
2.1.	Devolução de vendas
2.2.	IPI
2.3.	ICMS
2.4.	Abatimentos
3.	(=) Receita Operacional Líquida
4.	(-) Custos das Mercadorias Vendidas - CMV
5.	(=) Lucro bruto (3 - 4)
6.	(-) Despesas Operacionais (6.1 + 6.2 + 6.3)
6.1.	Despesas com Vendas
6.2.	Despesas Financeiras
6.3.	Despesas Administrativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

7.	(=)	Lucro Operacional (5 – 6)
8.	(-)	Despesas não Operacionais
9.	(+)	Receitas não Operacionais
10.	(=)	Lucro Líquido antes do IR e da CS (7 – 8 + 9)
11.	(-)	Imposto de Renda e Contribuição Social
12.	(=)	Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício (10 – 11)

RECEITAS E DESPESAS

- **Receitas** – entende-se por receita a entrada de recursos na empresa, seja em dinheiro ou em direitos a receber. São decorrentes das atividades normais da empresa, como:
 - Empresas industriais: venda do produto produzido.
 - Empresas comerciais: revenda de mercadorias ou serviços.

Nota: as empresas podem obter receitas por meio do recebimento de juros, aluguéis, entre outros, porém não se deve confundir receita com os termos ganho ou faturamento.

- **Ganho** – é a obtenção de recursos sem que haja esforços da empresa, como por exemplo: recebimento de uma doação.
- **Faturamento** – é o valor correspondente ao total das vendas dos produtos, mercadorias e serviços, incluindo descontos e impostos.
- **Despesas** – é o consumo de qualquer tipo de recurso que venha a contribuir de forma direta ou indireta para a geração de receitas. Exemplos: gastos com salários, compra de mercadorias, pagamento de aluguel, entre outros.
- **Gastos** – é qualquer consumo de Ativo ou aumento de Passivo. Pode representar uma despesa, uma perda, ou um investimento.
- **Investimento** – refere-se a gastos destinados à geração de benefícios futuros quaisquer, como por exemplo, a compra de Ativo Imobilizado.
- **Perdas** – consumo de Ativos de forma descontrolada, sem o objetivo de gerar Receitas. Exemplo: quando ocorre um sinistro, a perda é o dano causado a terceiros por acidente ou falha do produto, onde a empresa tem que indenizar quem foi prejudicado, gerando aumento do Passivo.

- **Custo** – refere-se apenas às despesas relativas à compra de mercadorias ou produção de produtos e serviços, como por exemplo: salários, seguros, manutenção ou o CMV. CMV – Custo das Mercadorias Vendidas.
- **Resultado do Exercício** – é a diferença entre as receitas e despesas. Se for positivo, é denominado lucro, se for negativo, é denominado prejuízo.

Ao elaborarmos a DRE depararemos com um resumo ordenado das receitas e despesas de uma empresa correspondente ao período de doze meses. A DRE completa, exigida por lei, fornece os detalhes financeiros da empresa no período e é um facilitador para a tomada de decisões, pois apresentam os grupos de despesas, os vários tipos de lucros, os impostos etc.

A partir de agora você verá cada um dos elementos que compõem a DRE:

1. Receita Operacional Bruta – ROB

A Receita Operacional Bruta ou Receita Bruta (ROB) representa o total geral das vendas, isto é, a soma das receitas operacionais da empresa. Exemplo: Receitas de Serviços (item 1.2) e Vendas de Mercadorias (item 1.1).

2. (-) Deduções

As deduções representam as despesas relacionadas com os impostos e com as devoluções de mercadorias. Exemplo: devolução (item 2.1. DRE) referentes a vendas entre outros (item 2.2. DRE), ICMS (item 2.3), e abatimentos (item 2.4. DRE).

3. (=) Receita Operacional Líquida – ROL

A Receita Operacional Líquida representa o valor da Receita Real da empresa, isto é, as receitas com as vendas de mercadorias (item 1.1) somadas às receitas de serviços (item 1.2) menos as deduções (item 2).

4. (-) Custos das Mercadorias Vendidas – CMV

O CMV representa a soma dos valores referentes ao custo das mercadorias que já foram vendidas. Esses custos são os gastos de produção (matéria-prima, mão de obra, depreciação, aluguel, energia elétrica da empresa). Verifique a seguir a fórmula para cálculo do CMV:

$$CMV = \text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final}$$

5. (=) **Lucro Bruto**

O Lucro Bruto representa o valor da Receita Operacional Líquida (item 3) subtraindo o valor do Custo das Mercadorias Vendidas (item 4).

6. (-) **Despesas Operacionais**

As Despesas Operacionais representam a soma dos valores referentes às despesas operacionais, isto é, os gastos de escritório, para administrar a empresa como um todo, desde o esforço para colocar os produtos ao cliente até a remuneração ao capital de terceiros. As Despesas Operacionais estão divididas em três grupos, a saber:

- **Despesas de Vendas (item 6.1):** são os valores gastos para gerarem vendas. Exemplo: comissões de vendedores, despesa com publicidade e propaganda, despesas gerais com departamento comercial, entre outras.
- **Despesas Financeiras (item 6.2):** são os valores gastos com despesas financeiras. Exemplo: despesas bancárias, juros de empréstimos, entre outras.
- **Despesas Administrativas (item 6.3 da DRE):** são os valores gastos na gestão da empresa. Exemplo: salários do pessoal da administração, despesas com material de expediente para a administração, entre outras.

7. (=) **Lucro Operacional (5 - 6)**

O Lucro Operacional representa o valor do Lucro Bruto (item 5 da DRE) menos os valores das Despesas Operacionais (item 6 da DRE).

8. (-) **Despesas não Operacionais**

As Despesas não Operacionais representam os valores que correspondem às despesas que não tem relação direta com a atividade principal da empresa. Somente serão consideradas despesas não operacionais as despesas relacionadas à comercialização de bens do Ativo Imobilizado. Exemplo: perda na venda de imobilizado e perda na venda de investimentos.

9. (+) **Receitas não Operacionais**

As Receitas não Operacionais representam os valores que correspondem às receitas que não tem relação direta com a atividade principal da empresa. Assim como as despesas, somente serão consideradas não operacionais as receitas relacionadas à comercialização

de bens do Ativo Imobilizado. Exemplo: ganho na venda de imobilizado e ganho na venda de investimentos.

10. (=) Lucro Líquido antes do IR e da CS

O Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social representa o valor da soma do Lucro Operacional (item 7 da DRE) com o valor das Receitas Não Operacionais (item 9 da DRE), subtraindo o valor das Despesas Não Operacionais (item 8 da DRE).

11. (-) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social representam os valores referentes à despesa de IR e da CS.

Nota: o IR é um imposto de âmbito federal, cobrado sobre os rendimentos das pessoas físicas e jurídicas com incidência sobre o Lucro Líquido do Exercício. Exemplo: A empresa KLM apresentou na sua DRE um montante de R\$ 230.000,00 de Lucro Líquido. Para calcular o IR, basta multiplicar a alíquota do IR (que neste exemplo será de 15%). Observe:

$$\text{R\$ } 230.000,00 \times 15\% = 34.500,00$$

O resultado obtido, de R\$ 34.500,00, representa o valor do Imposto de Renda que deverá ser pago ao governo.

- **CSLL** – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: Essa contribuição tem como objetivo o financiamento do sistema de seguridade social, aplicada a alíquota de 9% sobre o lucro do exercício de cada empresa. Também é uma contribuição de âmbito federal. O procedimento para o cálculo é o mesmo do IR, observe:

$$\text{R\$ } 230.000,00 \times 9\% = 20.700,00$$

O resultado obtido deverá ser recolhido, isto é, pago ao governo.

12. (=) Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício (10 – 11)

O Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício representa o resultado final do exercício e demonstra se a empresa obteve lucro ou prejuízo no período de trabalho compreendido em doze meses.



ATENÇÃO

Esclarecimento sobre as Demonstrações Contábeis de 2008. Res. CFC nº 1.157/09 – Aprova a Orientação CPC 02/09.

Fundamento.
Resolução CFC
nº 1.159/2009,
itens 57 a 59.

A Lei 11.941/09 acatou mais essa regra existente nas normas internacionais: a não segregação dos resultados em operacionais e não operacionais. Assim, no âmbito do processo de convergência com as normas internacionais (leitura sistemática das normas e orientações), as entidades deverão apresentar as “outras receitas/despesas” no grupo operacional e não após a linha do “resultado operacional”.

Em conformidade com a Lei nº 11.941/09, as receitas e as despesas não devem ser mais segregadas como operacionais e não operacionais.

As receitas e despesas que estavam sendo classificadas como não operacionais, em conformidade com a norma anterior, devem ser denominadas de Outras Receitas e Outras Despesas, observado o disposto nos itens 136 e 137 do Comunicado Técnico nº 03 (Resolução CFC nº 1.157/09).

O tratamento fiscal dos resultados operacionais e não operacionais, para fins de apuração e compensação de prejuízos fiscais, permanece o mesmo, em conformidade com o artigo 60 da referida Lei.

Exemplos de fatos contábeis que modificam a situação financeira da empresa:

- **Vendas Canceladas (Devolução)** – trata-se de mercadorias que não estão de acordo com o pedido, como por exemplo: o preço diferente do que foi feito no pedido, a qualidade, avarias, condições de pagamentos, etc. Essa situação leva o comprador efetuar a devolução total ou parcial das mercadorias.
- **Abatimentos** – quando ocorre à situação de devoluções, normalmente o vendedor propõe um abatimento no preço, para compensar o prejuízo, ao comprador. Essa situação ocorre na entrega do bem ou serviço, evitando assim a devolução.
- **Descontos comerciais** – ocorrem antes da venda e por vários motivos entre eles: aquisição de grande quantidade de mercadorias, cliente especial, política empresarial, etc.

- **Impostos Incidentes sobre Vendas** – os mais importantes são: IPI (Imposto sobre o Produto Industrializado), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto sobre Serviços), Imposto sobre Exportação, PIS (Programa de Integração Social), e a Cofins (Contribuição para a Seguridade Social - governo federal).
- **Ebitda ou Lajida** – sigla em inglês de Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. É o indicador de lucro que as empresas têm usado. Esse indicador mostra o potencial de geração de caixa de um negócio. Com esse indicador é possível saber se a empresa é capaz de gerar caixa com a atividade operacional, investir, pagar o IR e remunerar o capital de terceiros e dos acionistas.
- **Ganhos ou Perdas de Capital** – representam os lucros ou prejuízos na venda de itens do ativo imobilizado. Exemplo: venda de um veículo (com lucro ou prejuízo), venda de ações (com lucro ou prejuízo) etc.
- **Perdas ou Ganhos** – as características de perdas e ganhos são de itens extraordinários, anormais, não orçáveis. Exemplo: perdas com geadas, chuvas de granizo na agricultura.



DICA

A Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, publicada no DOU, na mesma data, altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76 e da Lei 6.385/76 e estabelece nova disciplina relativa à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis.



ANTENA PARABÓLICA

Para ficar por dentro das exigências e mudanças contábeis, leia as informações abaixo:

A nova Lei Societária estabelece:

Art. 187.

VI – As participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo de forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou de fundos de assistência ou previdência de empregado, que não se caracterizem como despesa;

§ 2º (revogado).

Esse artigo aborda o agrupamento das contas da Demonstração do Resultado do Exercício. O grupo de contas de **Participações** é apresentado no final dessa demonstração. As novidades na DRE são as seguintes:

- **O § 2º, que foi revogado**, tratava de reavaliação de ativos, o procedimento de reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado foi eliminado pela Lei 11.638/07.
- **Inclusão da expressão “mesmo na forma de instrumentos financeiros”**. Algumas companhias pagam participações no lucro através de instrumentos financeiros de capital, ou seja, mediante a entrega de ações de sua própria emissão aos beneficiários das participações.
- **Exclusão de partes beneficiárias**. No capítulo IV da Lei 6.404/76 encontra-se estabelecido que a companhia possa criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, denominados partes beneficiárias. A remuneração das partes beneficiárias consiste na participação nos Lucros anuais. A nova Lei, a 11.638/07, alterou o grupo de Participações, mas não eliminou o erro conceitual existente na Lei 6404/76, que considera como reserva de capital,

fazendo parte do patrimônio líquido da entidade, os recursos destinados ao resgate das partes beneficiárias.

- **Adição da frase “que não se caracterizem como despesas”**. Tem como objetivo enfatizar que somente as participações citadas no item VI do art.187 da Lei 6.404/76 e calculadas com base no lucro apurado pela sociedade são classificadas no grupo de contas de Participações na DRE. Exemplos: Fundos de Previdência de empregados, com contribuições regulares. São normalmente calculadas com base nos valores de salários e são debitados em Despesas Administrativas – funcionários administrativos – e gastos de produção dos estoques – funcionários da fabricação de produtos.



E AGORA, JOSÉ?

Esse estudo trouxe a você o conhecimento sobre as demonstrações contábeis, particularmente a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE. Paralelamente, vimos o Balanço Patrimonial, ambas de suma importância para análise da situação patrimonial e financeira da empresa. Na próxima aula você se familiarizará com os **Elementos** que compõem a **DRE**, o que lhe proporcionará uma visão mais ampla sobre a utilização e classificação das contas de resultados e apuração do Lucro/Prejuízo da empresa.

A cada aula você está desenvolvendo competências de análise e interpretação dos fatos contábeis. Sejam eles administrativos, comerciais ou industriais, registrados pela contabilidade.

Aguarde a próxima aula e mãos ao teclado!

GLOSSÁRIO

DOU: Diário Oficial da União.

DRE: Relatório Contábil, também denominado de Informes Contábeis com objetivo de explicar a origem do lucro ou prejuízo obtido pela empresa.

Período Contábil: também denominado de Exercício Social compreende um período de 12 meses podendo coincidir ou não com o ano calendário (janeiro a dezembro).

Apuração do Resultado: calcula o resultado que a empresa atingiu podendo ser lucro ou prejuízo.

Relatório Contábil: são as demonstrações financeiras ou demonstrações contábeis: BP, DRE DLPAc, DFC e DVA.

Lucro: é o valor obtido nas operações que envolvem vendas de mercadorias ou serviços.

Prejuízo: também é um valor, porém negativo. É um déficit ou insucesso.

Receita: é a entrada de recursos na empresa, sob a forma de dinheiro ou direitos a receber decorrentes da atividade empresarial.

Despesa: é o consumo de qualquer tipo de recursos que venha a contribuir de forma direta ou indireta para a geração de receitas.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. F. **Fundamentos de contabilidade: utilizando Excel.** São Paulo/SP: Saraiva, 2009.

MARION, J. C.; IUDICIBUS, S. **Curso de Contabilidade para não contadores.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.



GESTÃO EMPRESARIAL
CONTABILIDADE

DRE – RECEITA LÍQUIDA



7

CONTABILIDADE DRE – RECEITA LÍQUIDA



OBJETIVOS DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM

Conhecer os grupos de contas que compõem a DRE para o cálculo da receita líquida.



COMPETÊNCIAS

Identificar e interpretar as contas que compõem a DRE, contextualizar os fatos contábeis e classificá-los de acordo com o plano de contas, extrair do balanço patrimonial informações para a elaboração e cálculo da DRE.



HABILIDADES

Preparar a DRE, organizar os dados, registrar, classificar, interpretar os fatos contábeis, aplicar a Lei e sintetizar as informações para elaboração do relatório.

APRESENTAÇÃO

Nas duas últimas UAs você verificou que a Demonstração do Resultado do Exercício, a DRE, é um instrumento muito importante para a tomada de decisão nas organizações. É por meio dela que conhecemos o resultado das atividades, se foram lucrativas ou não.

Na aula anterior conhecemos as contas que compõem a DRE e os cálculos que devem ser feitos para que possamos chegar ao resultado, mas você já deve ter percebido que isso não é tudo. Nesta UA iremos nos aprofundar na estrutura da DRE até o item receita líquida, que representa o resultado do período, chamado contabilmente de exercício, depois de retirados os impostos diretos e devoluções.

Pronto para iniciar? Bons estudos.

PARA COMEÇAR

Iremos, nessa UA, aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre a estrutura da DRE.

Você, aluno, terá a oportunidade de compreender grupo por grupo de contas que compõem a Demonstração do Resultado do Exercício, identificará os fatos que caracterizam as contas e como classificá-los.

Abaixo temos um exemplo de uma estrutura de DRE somente até o item de receita líquida.

Observe os grupos de contas que compõem a DRE.

Tabela 1.
Demonstração
do Resultado do
Exercício – DRE.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE	
1.	Receita Operacional Bruta – ROB
1.1.	Venda de Mercadorias
1.2.	Serviços Prestados
2.	(-) Deduções
2.1.	Devolução de vendas
2.2.	IPI
2.3.	ICMS
2.4.	Abatimentos
3.	(=) Receita Operacional Líquida

Agora que você observou todas as contas e identificou como estão distribuídas em seus grupos, vamos estudar uma a uma e ver como elas são formadas.

Mas, antes, atenção para a nota abaixo:



ATENÇÃO

A Demonstração do Resultado do Exercício é um Relatório Contábil que possui uma riqueza de detalhes que proporciona um maior número de informações para a tomada de decisões na empresa.



CONCEITO

A DRE - Demonstração de Resultado do Exercício - é composta por contas de resultado. Essas contas registram as receitas, despesas, ganhos e perdas. No final do exercício contábil, o valor dessas contas é somado, determinando o lucro ou prejuízo do período o qual é denominado de exercício financeiro.

A necessidade de avaliar periodicamente a empresa é um dos fatores que levam a elaboração da DRE.

Você encontrará nesse capítulo:

- Conceitos importantes de cada grupo de contas da DRE;
- Fatos que compõem cada conta do grupo.

Ambos lhe proporcionarão maior entendimento e interpretação dos elementos que formam a estrutura da DRE.

Vamos lá!

FUNDAMENTOS

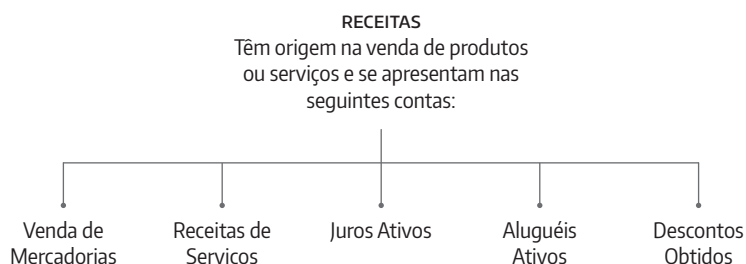
Para chegarmos à receita líquida precisamos primeiramente conhecer os grupos de contas que formam a DRE e levam ao cálculo da Receita Operacional Líquida – ROL.



DICA

Você já sabe interpretar os fatos contábeis que ocorrem na empresa e classificá-los em receitas ou despesas. Para melhor esclarecimento e auxílio nessa classificação observe abaixo o organograma. Com ele, você poderá identificar como é formada a conta Receita.

Figura 1.



1. **Venda de Mercadorias:** ocorre quando a empresa vende seu produto ou mercadoria para outra empresa ou indivíduo;
2. **Receitas de Serviços:** ocorrem quando a empresa vende seus serviços para outra empresa ou indivíduo;
3. **Juros Ativos:** são os juros que a empresa recebe em decorrência de algum empréstimo ou atraso de recebimento;
4. **Aluguéis Ativos:** ocorrem quando a empresa aluga um imóvel de sua propriedade para terceiros mediante o recebimento de um pagamento mensal;
5. **Descontos Obtidos:** ocorrem durante uma transação comercial, onde os fornecedores concedem um desconto sobre o valor total a ser pago, reduzindo, assim, o valor que a empresa pagaria.

Para apurarmos o valor da **receita operacional líquida** necessitamos, antes de tudo, levantar valores que indicam o total da receita bruta, identificar as deduções com seus respectivos valores e assim chegarmos ao total da receita operacional líquida ou receita líquida, como também é denominada.

Vamos lá, você só precisa ficar atento para cada grupo.

1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA - ROB

A primeira conta é a **Receita Operacional Bruta – ROB:** representa o total bruto vendido no período. A Receita bruta representa o somatório dos valores das notas fiscais emitidas. Incluindo:

1. Impostos sobre vendas;
2. As devoluções;
3. Os abatimentos.

2. DEDUÇÕES

A segunda conta é denominada de **Deduções**: formada pelos impostos sobre vendas; pelas devoluções, pelos abatimentos e pelos descontos comerciais. Veja como é formado cada um deles:

1. **Impostos sobre vendas e taxas sobre vendas:** são gerados no momento da venda e variam de acordo com o volume de venda. Os mais comuns são:
 - 1.1 **IPI:** Imposto sobre Produtos Industrializados – Federal;
 - 1.2 **ICMS:** Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – Estadual;
 - 1.3 **ISS:** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Municipal;
 - 1.4 **PIS:** Programa de Integração Social – taxa sobre o faturamento – Federal;
 - 1.5 **Cofins:** Contribuição para a Seguridade Social – Federal.

Exemplo: considere a seguinte situação — A empresa JK S.A., indústria, emitiu uma nota fiscal de venda no valor de R\$ 10.000,00, mais 30% de IPI. O ICMS está incluso no preço do produto e vem destacado na Nota Fiscal no valor de R\$ 1.800,00.

Figura 2.

Razão Social: JK S.A	Nota Fiscal	Nº
Endereço: _____	(x) Saída	
CNPJ: _____	() Entrada	
DESCRIÇÃO		
Produto XYZ		R\$ 10.000,00
+ IPI (30%)		R\$ 3.000,00
Preço Total		R\$ 13.000,00
ICMS 18%		R\$ 1.800,00

Observe como esses valores irão compor a DRE:

Tabela 2.
Demonstração
do Resultado do
Exercício – DRE.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE – JK S.A.	
1. Receita Operacional Bruta – ROB	R\$ 13.000,00
1.1. Venda de Mercadorias	R\$ 13.000,00
2. (-) Deduções	(R\$ 4.800,00)
2.1. IPI	(R\$ 3.000,00)
2.2. ICMS	(R\$ 1.800,00)
3. (=) Receita Operacional Líquida	R\$ 8.200,00

Nota: Os impostos sobre as vendas não pertencem à empresa e sim ao governo. A empresa é uma mera intermediária, pois arrecada os impostos junto aos consumidores e depois recolhe ao governo. Portanto eles não devem ser considerados como **Receita Real** da empresa.

- 2. Devoluções:** são mercadorias devolvidas (vendas canceladas) por estarem em desacordo com o pedido, podendo ser o preço, a qualidade, o tipo, alguma avaria, as condições de pagamento etc. O comprador, sentindo-se prejudicado, efetua a devolução que pode ser parcial ou total. É importante acompanhar sua evolução percentual em relação às Receitas no decorrer dos exercícios sociais;
- 3. Abatimentos:** a empresa vendedora, na tentativa de evitar devolução de mercadoria, através do seu vendedor, negocia com o cliente propondo um abatimento no preço (desconto) para compensar o prejuízo ao cliente. Tanto a devolução como o abatimento deduzem a receita bruta. Assim como na devolução, é importante acompanhar sua evolução percentual em relação às Receitas no decorrer dos exercícios sociais;
- 4. Descontos Comerciais:** ocorrem antes da venda, por motivos como: grande quantidade de mercadoria a ser adquirida, cliente especial, política empresarial etc.

Exemplo: catálogos de preços de determinadas empresas com cifras acima do normal, oferecem descontos para todos os clientes, não havendo necessidade de novos catálogos quando houver mudanças de preços, neste caso reduz-se a taxa de desconto.

Nota: é importante ressaltar que descontos comerciais não devem ser confundidos com descontos financeiros, pois estes ocorrem após a venda, no caso de antecipação de pagamento, e são classificados no grupo de Despesas Financeiras.

Exemplo: Observe e analise a seguinte situação: A empresa JK S.A. vendeu um montante de \$ 50.000,00 de mercadorias com qualidade inferior.

Metade dessa venda foi aquisição da empresa Y e a outra metade quem adquiriu foi à empresa Z. Ao verificar a qualidade da mercadoria, a empresa Y devolve 30% do montante de sua aquisição. Em seguida a empresa Z, embora insatisfeita com a qualidade, resolve aceitar a proposta da empresa JK S. A. que ofereceu um abatimento de 15% no total das mercadorias que adquiriu.

Veja como ficam esses valores na DRE abaixo:

Tabela 3.
Demonstração
do Resultado do
Exercício – DRE.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE – JK S.A.	
1. Receita Operacional Bruta – ROB	R\$ 50.000,00
1.1. Venda de Mercadorias	R\$ 50.000,00
2. (-) Deduções	(R\$ 11.250,00)
Y → 30% × 25.000,00 → 2.1. Devoluções	(R\$ 7.500,00)
Z → 15% × 25.000,00 → 2.2. Abatimentos	(R\$ 3.750,00)
3. (=) Receita Operacional Líquida	R\$ 38.750,00



LEMBRE-SE

Deduções são ajustes e não despesas, realizados sobre a receita bruta para apurar a receita líquida. Para a empresa o importante é a receita líquida que é a sobra em termos de receita. Quando ocorre ajuste, significa que não houve sacrifício financeiro ou esforço para obter receita.



ANTENA PARABÓLICA

Itens relevantes

- **Vendas Canceladas:** a conta devedora deve incluir todas as devoluções de vendas. Nesse sentido, tais devoluções não devem ser deduzidas diretamente da conta Vendas, mas registradas nessa conta devedora específica;
- **Abatimentos:** a conta abatimentos deve abrigar os descontos concedidos a clientes, posteriormente à entrega dos produtos, por defeitos de qualidade apresentados nos produtos entregues, ou defeitos oriundos do transporte ou desembarque etc. Os abatimentos não se referem a descontos financeiros por pagamentos antecipados, que são tratados como despesas financeiras, e não incluem, também, os descontos de preço dados no momento da venda, que são deduzidos diretamente nas notas fiscais. Caso seja faturado pelo bruto, estes descontos serão considerados como abatimentos também.



E AGORA, JOSÉ?

Podemos dizer que até aqui você já conseguiu ter uma visão bem mais ampla dos grupos de contas que formam a estrutura da DRE, além das informações sobre os fatos contábeis e como classificá-los de acordo com o Plano de Contas. Não esqueça que, na elaboração da DRE, estamos utilizando as Contas de Resultados. Neste capítulo você também aprendeu a diferenciar os descontos comerciais dos descontos financeiros, quando ocorrem cancelamentos de vendas e abatimentos.

Nas próximas UAs você irá se apropriar de informações importantes sobre o Lucro operacional. Até a próxima UA, mas não esqueça: continue estudando, aproveite para recordar os conceitos até aqui aprendidos.

GLOSSÁRIO

Juros Ativos: são os juros que a empresa recebe em decorrência de algum empréstimo ou atraso de recebimento.

Aluguéis Ativos: ocorrem quando a empresa aluga um imóvel de sua propriedade para terceiros mediante a um pagamento que receberá mensalmente.

Descontos Obtidos: ocorrem durante uma transação comercial, onde os fornecedores concedem um desconto sobre o valor total a ser pago, reduzindo assim o valor que a empresa pagaria.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. F. **Fundamentos de contabilidade: utilizando Excel.** São Paulo/SP: Saraiva, 2009.

CRUZ, J. A. W.; ANDRICH, E. G.; SCHIER, C. U. C. **Contabilidade Introdutória Descomplicada.** Curitiba/PR: Juruá, 2010.

MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. **Curso de Contabilidade para não contadores.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.

8

GESTÃO EMPRESARIAL
CONTABILIDADE

DRE – LUCRO OPERACIONAL (PARTE I)



8

CONTABILIDADE DRE – LUCRO OPERACIONAL (PARTE I)



OBJETIVOS DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM

Conhecer os grupos de contas que compõem a Demonstração de Resultados do Exercício para o cálculo do Lucro Bruto e do Lucro Operacional.



COMPETÊNCIAS

Identificar e interpretar as contas que compõem a DRE, contextualizar os fatos contábeis e classificá-los de acordo com o Plano de Contas, além de extrair do Balanço Patrimonial informações para a elaboração e cálculo da DRE.



HABILIDADES

Preparar a DRE, organizar os dados, registrar, classificar, interpretar os fatos contábeis, aplicar a Lei e sintetizar as informações para elaboração do Relatório.

APRESENTAÇÃO

Nas últimas aulas tratamos sobre a Demonstração do Resultado do Exercício, que também será assunto da próxima aula. Como você já viu, a DRE é um instrumento muito importante para a tomada de decisão nas organizações. É por meio dela que conhecemos o resultado das atividades, se foram lucrativas ou não. Por este motivo que deve ser elaborada com muito cuidado, para que possa realmente dar informações úteis e acertadas.

Já conhecemos as contas que compõem a DRE e os cálculos que devem ser feitos para que possamos chegar ao resultado do exercício e começamos a trabalhar com os lucros. Assim, nos aprofundamos na estrutura da DRE até o item Receita Líquida, que representa a Venda Líquida, depois de retirados os impostos diretos e devoluções.

Nesta aula você conhecerá o lucro operacional bruto, ou somente lucro bruto, como é conhecido. Esta é a primeira parte da "rota do ouro", que é o caminho até chegar ao lucro líquido.

Para se chegar ao lucro bruto, devemos deduzir o custo de produção da receita líquida, que você já sabe como calcular.

Pronto para iniciar?

PARA COMEÇAR

Agora você irá conhecer a "rota do ouro", isto é, o primeiro Lucro da DRE. A terminologia **Lucro** substitui a terminologia **Resultado**. Encontraremos na DRE vários tipos de Lucro. São eles:

- Lucro Operacional Bruto ou Lucro Bruto;
- Lucro Operacional Líquido ou Lucro Operacional;
- Lucro Antes do Imposto de Renda;
- Lucro Depois do Imposto de Renda;
- Lucro Líquido.

Tabela 1.
Demonstração
do Resultado do
Exercício – DRE.

Daremos início à "rota do ouro" pelo Lucro Operacional Bruto ou simplesmente Lucro Bruto.

Observe a DRE abaixo. Você já se apropriou dos conceitos dos grupos de contas 1, 2 e 3. Agora irá apropriar-se do conceito dos grupos 4 e 5.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

1.	Receita Operacional Bruta – (ROB = 1.1 + 1.2)
1.1.	Venda de Mercadorias ou Produtos
1.2.	Serviços Prestados
2.	(-) Deduções (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)
2.1.	Devolução de vendas
2.2.	IPI
2.3.	ICMS
2.4.	Abatimentos
3.	(=) Receita Operacional Líquida
4.	(-) Custos das Mercadorias Vendidas - CMV
5.	(=) Lucro Bruto (3 - 4)

Iniciaremos o estudo pelo grupo 4, que representa os **Custos das Mercadorias Vendidas** denominada de **CMV**.

Vamos lá!

FUNDAMENTOS

CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS – CMV

Representa a soma dos valores referentes ao custo das mercadorias que já foram vendidas. Baseia-se nos valores das baixas do estoque e é representado pela seguinte fórmula:

$$CMV = \text{Estoque Inicial} + (\text{Compras} - *Deduções de Compras) + \text{Fretes sobre Compras} + \text{Seguros sobre Compras} - \text{Estoque Final de Mercadorias}$$

Nota: *Sendo que as Deduções de Compras poderão ser representada por uma destas contas ou por todas estas contas a seguir: Abatimentos sobre Compras, Descontos Comerciais ou Incondicionais sobre Compras, ICMS e/ou IPI sobre Compras e Devolução de Compras.



ATENÇÃO

Custo das Vendas é uma expressão bastante genérica, por isso precisa ser especificada por setor da economia.

Confira o que a expressão **Custo das Vendas** representa para:

- **Empresas Industriais:** o custo das vendas recebe a seguinte denominação – **Custo do Produto Vendido – CPV**;
- **Empresas Comerciais:** o custo das vendas recebe a seguinte denominação – **Custo das Mercadorias Vendidas – CMV**;
- **Empresas Prestadoras de Serviços:** o custo das vendas recebe a seguinte denominação – **Custo dos Serviços Prestados – CSP**.



CONCEITO

CMV – Custos das Mercadorias Vendidas é igual à soma do estoque inicial e das compras realizadas subtraindo-se o Estoque final.



DICA

Vários são os fatos que modificam as compras, o custo das mercadorias ou matérias-primas adquiridas para revenda ou industrialização. Eles compreendem:

- O preço de aquisição;
 - O custo de transporte incluindo o seguro;
 - Os tributos devidos na aquisição;
 - Devoluções de compras; e
 - Descontos ou abatimentos obtidos.
-

Observe a DRE abaixo. Verifique as contas que formam a DRE até o grupo 4 – Lucro Bruto. Podemos afirmar que:

- **O grupo 1, Receita Operacional Bruta – ROB**, envolve as receitas operacionais de vendas seja de produtos, mercadorias ou serviços;
- **O grupo 2, Deduções**, representam todos os fatos que alteram as vendas, como os impostos, devoluções, descontos e abatimentos;

- **O grupo 3, Receita Operacional Líquida**, é a base de cálculo para o Lucro Bruto, que é a receita real da empresa, com a exclusão dos impostos, descontos e abatimentos;
- **O grupo 4, Custos das Mercadorias Vendidas – CMV**, apresenta os valores referentes aos custos das mercadorias que já foram vendidas.

Tabela 2.
Demonstração
do Resultado do
Exercício – DRE.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE	
1. Receita Operacional Bruta – (ROB = 1.1 + 1.2)	R\$ 1.000.000,00
1.1. Venda de Mercadorias ou Produtos	R\$ 1.000.000,00
1.2. Serviços Prestados	–
2. (-) Deduções (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)	R\$ 282.000,00
2.1. Devolução de vendas	–
2.2. IPI	R\$ 100.000,00
2.3. ICMS	R\$ 180.000,00
2.4. Abatimentos	R\$ 2.000,00
3. (=) Receita Operacional Líquida	R\$ 718.000,00
4. (-) Custos das Mercadorias Vendidos - CMV	R\$ 300.000,00
5. (=) Lucro Bruto (3 - 4)	R\$ 418.000,00

Chegamos ao grupo 5, que representa o Lucro Bruto. O que vem a ser o Lucro Bruto?



CONCEITO

Lucro Bruto é a diferença entre a Venda de Mercadorias e o Custo da Mercadoria Vendida, sem considerar as despesas administrativas, de vendas e financeiras.

Para uma empresa **Prestadora de Serviços**, o cálculo do Lucro Bruto segue o mesmo raciocínio, ou seja, é a diferença entre a Receita e o Custo do Serviço Prestado, sem considerar as referidas despesas.

Resumindo

Para chegar ao Lucro Bruto precisamos subtrair da Receita, o quanto custou à mercadoria, o produto ou o serviço, para ser colocada a disposição do consumidor, desconsiderando as despesas administrativas, de vendas e financeiras.

Após cobrir o custo da fabricação do produto ou o custo da mercadoria adquirida para revenda ou ainda o custo do serviço prestado, o **Lucro Bruto** será destinado à remuneração das despesas de vendas, administrativas e financeiras e também ao governo, pois a empresa deve recolher o Imposto de Renda para, somente no fim, remunerar os proprietários da empresa.



LEMBRE-SE

Existe uma atenção toda especial para a administração e controle dos custos da empresa, pois, se eles forem elevados, o que restar pode ser insuficiente para remunerar setores vitais da empresa, como: Diretoria, bancos, governo, etc.



ANTENA PARABÓLICA

Algumas informações importantes:

- Ao final do exercício social, as contas de resultado, que compreendem as contas de Receitas e Despesas, serão encerradas através da transferência de seus saldos para uma conta transitória com o título de Apuração do Resultado do Exercício (ARE);
- As contas de Despesas serão creditadas a débito da conta Apuração do Resultado do Exercício (ARE). As contas de Receitas serão debitadas a crédito da conta Apuração do Resultado do Exercício (ARE);
- Se a conta Apuração do Resultado do Exercício (ARE) apresentar saldo credor, este valor será transferido diretamente para a conta de Lucro do Exercício (No grupo do Patrimônio Líquido);
- Se a conta apuração do Resultado do Exercício (ARE) apresentar saldo devedor, este valor será transferido para a conta Prejuízo do Exercício (No grupo do Patrimônio Líquido).



E AGORA, JOSÉ?

Até aqui você já deve ter conseguido uma visão bem mais ampla dos grupos de contas que formam a estrutura da DRE, além das informações sobre os fatos contábeis e como classificá-los de acordo com o Plano de Contas. Não esqueça que, na elaboração da DRE, estamos utilizando as Contas de Resultados. Neste capítulo você também aprendeu a diferenciar os descontos comerciais dos descontos financeiros, quando ocorrem cancelamentos de vendas e abatimentos.

Nos próximos capítulos você irá se apropriar de informações importantes sobre Lucro operacional. Até a próxima aula, mas não esqueça: continue estudando, aproveite para recordar os conceitos até aqui aprendidos.

GLOSSÁRIO

CMV: Custos das Mercadorias Vendidas.

CPV: Custo do Produto Vendido.

CSP: Custo dos Serviços Prestados.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. F. **Fundamentos de contabilidade: utilizando Excel.** São Paulo/SP: Saraiva, 2009.

CRUZ, J. A. W.; ANDRICH, E. G.; SCHIER, C. U. C. **Contabilidade Introdutória Descomplicada.** Curitiba/PR: Juruá, 2010.

MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. **Curso de Contabilidade para não contadores.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial.** São Paulo/SP: Atlas, 2009.